



## Assembleia Municipal de Caminha

### ATA Nº 23/17-21 SESSÃO ORDINÁRIA 2021/09/03

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

Aos três dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, no edifício do Cineteatro do Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 18H30M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 49º e do n.º 1, do artigo 53º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Lilliana Bouça da Silva, Vereadora eleita pelo Partido Social Democrata, faltou.
- José Miguel da Silva Lopes Gonçalves, Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, substituído pela Secretária Margarida Maria Gravato Rio Tinto Lages.
- Sandra Paula Fernandes Ranhada, Presidente da Junta de Freguesia de Argela, foi substituída pelo tesoureiro João Paulo Fernandes
- Carlos Fernandes Alves de Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, substituído pela tesoureira, Ana Patricia Verde Moreira.
- António Amorim, Presidente da União de Freguesias de Venade e Azevedo, substituído pela tesoureira, Sílvia Isabel Gonçalves da Costa.
- Carlos Alberto da Cunha Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, faltou.
- Marina Sola Gonçalves, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Vitor José Brás Rocha.



## Assembleia Municipal de Caminha

- Rui Taxa Araújo, eleito pelo Partido Social Democrata, foi substituído por José Valdemar Ferreira Vieira.
- Mónica Ariana Ribeiro Fernandes, eleita pelo Partido Social Democrata, foi substituída Sónia Celeste Rodrigues Fernandes.
- João Filipe da Costa Lages, eleito pelo Partido Social Democrata, faltou.

Estavam presentes todos os elementos do PS, CDU e PSD num total de 34 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

### **1º - Período de Intervenção do Público.**

### **2º - Período da Antes da Ordem do Dia:**

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

### **3º - Período da Ordem do Dia:**

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 25 de junho 2021;
- c) – Estratégia Local de Habitação do Município de Caminha;
- d) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Atividade de Animação e Apoio à Família;
- e) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Âncora - Transportes Escolares;
- f) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Dem - Transportes Escolares;



## Assembleia Municipal de Caminha

- g) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora- Transportes Escolares;
- h) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém- Transportes Escolares;
- i) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Transportes Escolares;
- j) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesias de Vilar de Mouros- Transportes Escolares;
- k) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo- Transportes Escolares;
- l) – Colocação de Sinalética de Proibição de Trânsito na Travessa do Tombo na União de Freguesias de Moledo e Cristelo;
- m) – Colocação de Sinalética de Proibição de Trânsito no Parque 25 de Abril na União de Freguesias De Caminha (Matriz) e Vilarelho;
- n) – Implementação de Passadeira na Avenida Ramos Pereira em Vila Praia de Âncora;
- o) – Nomeação de Auditor Externo para Certificação de Contas;
- p) – Regulamento Municipal do Conselho Municipal do Desporto de Caminha;
- q) – Alteração do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação  
– Revogação do Art.º 29º.

### **1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Não houve intervenção do público.**

### **2.º- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**



## Assembleia Municipal de Caminha

### a) – Informações da Mesa

### b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros Assembleia

O **Senhor Presidente da Mesa** saudou todos os presentes e abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

O **Senhor Deputado Carlos Videira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“Ao aproximar-nos do final de mais um mandato autárquico, exige-se um balanço sobre a atividade desenvolvida no Concelho de Caminha ao longo dos últimos quatro anos. Neste exercício, certamente que os eleitos do Partido Socialista enaltecerão as várias iniciativas que consideram positivas e, certamente, que as houve. Cabe, portanto, à oposição a apresentação de um exercício crítico das opções tomadas e das estratégias assumidas, com ponderação e razoabilidade.

Este é um mandato marcado pela pandemia que teve um profundo impacto na atividade do município e das empresas e na vida das famílias, num quadro de exceção, difícil de prever, e que exigiu medidas extraordinárias durante um período alargado de tempo.

A segunda e a terceira vaga da pandemia atingiram particularmente o Concelho de Caminha, com vários surtos, centenas de casos e algumas vítimas mortais. Não estávamos preparados. Isso não quer dizer que as autoridades públicas, as instituições e as populações não tenham feito o



## Assembleia Municipal de Caminha

melhor que podiam. Sejam justos: nenhuma comunidade, nenhuma instituição e nenhuma autarquia estava preparada para o que nos aconteceu.

É justo reconhecer que, em todo o país, o poder local foi fundamental para assegurar uma resposta eficaz do Estado do ponto de vista sanitário, do ponto de vista económico e do ponto de vista social. Assim foi também em Caminha, por ação do seu Executivo e de todas as juntas de freguesia.

As medidas tomadas mereceram, na sua generalidade, o apoio do Partido Social Democrata e estiveram em linha com as medidas tomadas pela maioria das autarquias a nível nacional, independentemente da sua cor partidária.

Mas foi com pena que, num período tão complicado para a nossa vida coletiva, verificamos que muitas das medidas apresentadas pela oposição foram descartadas. Sugerimos a constituição de um gabinete de crise, a criação de um serviço de teleassistência para idosos, o alargamento da entrega de equipamentos informáticos a alunos do Concelho, a criação de uma bolsa de recursos humanos para colocação de pessoas desempregadas em escolas, lares ou outras instituições de solidariedade social, a comparticipação das tarifas da água e saneamento e a isenção da tarifa de resíduos sólidos para as empresas de setores mais afetados, a criação de um plano municipal de prevenção e combate aos problemas da saúde mental, entre outras. Propostas transversais que poderiam e deveriam ter sido acolhidas pelo Executivo num exercício agregador que se espera da parte de quem lidera os nossos destinos. Outro dos temas que marcou este mandato foi a constituição da empresa Águas do Alto Minho. Apesar da gravidade da pandemia, a centralidade das preocupações da população do Concelho de Caminha foi capturada pelos erros de faturação, pelas insuficiências no atendimento, pela incompetência e insensibilidade demonstrada pelas AdAM na relação com os seus clientes.

Enquanto que outros municípios em todo o país decidiram incluir, no seu plano de respostas à crise pandémica, medidas como a redução do valor da fatura da água para todos os munícipes no período correspondente ao dever geral de recolhimento domiciliário ou a suspensão da cobrança de juros de mora, os



## Assembleia Municipal de Caminha

Concelhos do Alto Minho foram notícia pela concentração de dezenas de pessoas que fizeram fila à porta das Águas do Alto Minho em protesto, contestando os valores cobrados na conta da água.

Devemos reconhecer que face ao caos inicial foram registadas melhorias, nomeadamente no que diz respeito ao atendimento e aos erros de faturação, bem como na gestão da empresa, mas o pecado original permanece. Com a empresarialização da água, os Municípios perderam capacidade de decisão e de intervenção. Hoje, a Câmara de Caminha tem poderes mínimos sobre a fixação do preço da água, sobre o valor das taxas e o valor das tarifas, sobre os investimentos, sobre a prestação do serviço e sobre as faturas que chegam mensalmente às nossas casas. Os Municípios que aderiram a esta parceria e se colocaram, no seu conjunto, numa posição minoritária face às Águas de Portugal assumem-se agora quase como meros representantes da população. Ao longo deste mandato, também pugnámos por uma estratégia de diversificação da nossa economia, de criação de emprego qualificado e de captação de investimento externo. É, aliás, com particular satisfação que verificamos que a construção de novas áreas de acolhimento empresarial no interior do Concelho é, nesta campanha eleitoral, uma das bandeiras da candidatura do Partido Socialista.

Se é verdade que o desemprego no nosso Concelho regista valores mínimos neste momento, também é verdade que, em Caminha, o comércio por grosso e a retalho e o alojamento, restauração e similares representam cercam de 40% do emprego. Também é verdade que o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem era de 920 € em 2019, enquanto que a média nacional se fixa nos 1 206€, sendo que o índice de poder de compra per capita em Caminha está 21% abaixo da média nacional.

Esta realidade não é nova, não é exclusiva do Concelho de Caminha e são muitas as condicionantes, intrínsecas e extrínsecas ao nosso território, que ajudam a explicar estes números. Mas a consciência dessa realidade tem que



## Assembleia Municipal de Caminha

corresponder a um esforço redobrado na criação de condições para melhor emprego que possa fixar mais população qualificada no nosso Concelho.

Temos que ser capazes de fomentar a nossa ligação com as instituições de ensino superior e, dessa forma, atrair para o nosso território uma indústria forte e baseada no conhecimento.

Precisamos de apoiar os empreendedores, de aproveitar as potencialidades do teletrabalho, garantindo melhores condições de trabalho e de vida para quem quiser fixar-se no nosso território, criando valor e gerando riqueza, seja através de benefícios fiscais, seja através da criação de clusters ou até mesmo da disponibilização de wi-fi gratuito de alta qualidade em todo o Concelho.

Sabemos que há muitos jovens como eu que tiveram de sair de Caminha para estudar e não voltaram porque foi lá fora que encontraram as melhores oportunidades de emprego e as melhores condições remuneratórias. Hoje em dia, muitos desses jovens podem trabalhar a partir do Concelho de Caminha para uma empresa no Porto, em Lisboa, em qualquer ponto da Europa ou do mundo. Mas é preciso delinear uma estratégia para que tal aconteça.

Também é necessário o investimento em infraestruturas que tornem o nosso território menos periférico. Ao longo deste mandato, defendemos a construção de uma ligação rodoviária entre Caminha e La Guardia, sobretudo num contexto em que a travessia de ferryboat se revela cada vez mais desajustada.

Na sua informação escrita, o Senhor Presidente da Câmara refere que no dia 20 de julho participou numa reunião com o Concelho de A Guarda. Poucos dias depois, a imprensa do país vizinho referia que, no seguimento do encontro entre os autarcas, foi encomendado um estudo para reforçar as ligações transfronteiriças entre os dois territórios, não se descartando nenhuma possibilidade. Em declarações ao jornal "La Voz de Galicia", o autarca espanhol reconhece que o ferryboat tem os dias contados e que é necessária uma ligação real de transporte regular entre as duas vilas, daí a necessidade de um estudo técnico que defina a sua viabilidade técnica e económica. Gostaria, por isso, de aproveitar a ocasião para solicitar ao Senhor Presidente



## Assembleia Municipal de Caminha

mais informações sobre esta reunião e sobre o estudo que está em curso, questionando também acerca da data em que é expectável que surjam conclusões do mesmo.

Não podemos também deixar de referir a difícil situação financeira que o Município enfrenta. Uma situação que tem um impacto direto na vida das famílias. Dados de 2019 revelam que Caminha é o município do Alto Minho que cobra mais impostos por habitante (351€). O segundo município que cobra mais impostos é Vila Nova de Cerveira com 305€, enquanto que Ponte da Barca e Monção estão no extremo oposto com 135€ por habitante.

De igual forma, somos uma das 9 autarquias a praticar a taxa máxima de IMI, não tendo o atual Executivo aceitado a proposta do PSD para a implementação do IMI Familiar, medida seguida por 244 autarquias em todo o país a praticar a redução prevista para famílias com filhos.

Por último, uma referência aos assuntos relacionados com a participação cívica. Em 2013, Miguel Alves apresentou-se a eleições, apresentando como uma das suas bandeiras mais fortes a temática da participação cívica e a criação de uma nova cultura de diálogo no Município de Caminha. Assim foi no período inicial da sua governação com a transmissão das Assembleias Municipais, um novo modelo das sessões de comemoração do 25 de Abril, a implementação do Orçamento Participativo, a criação de vários Conselhos Municipais e da figura do Provedor do Município. Passos importantes que parecem estar a perder força: o orçamento participativo foi descontinuado e nem todas as verbas atribuídas foram executadas, os conselhos municipais não estão em funcionamento e o Provedor do Município não voltou a ser eleito. O diálogo existe, mas o esforço de acomodação de propostas e sugestões dos restantes partidos está reduzido a níveis mínimos. Com efeito, não me recordo de uma única proposta que tenha vindo a votação nesta Assembleia Municipal que tenha sido alterada em resultado do debate construtivo entre todos os elementos que nela participam.



## Assembleia Municipal de Caminha

Esta Assembleia Municipal é, muitas vezes, apenas e só, um espaço de ratificação das propostas já votadas pelo Executivo Municipal e é, por isso, bem menos útil do que deveria ser a toda a população do Concelho de Caminha. É necessário um novo impulso ao seu funcionamento, um novo modelo de debate, a realização de reuniões de líderes com maior regularidade e a constituição de comissões ou grupos de trabalho que colaborem com o Executivo na preparação de dossiers determinantes para o nosso futuro.

Chegamos, pois, ao fim deste mandato, com a consciência que representámos condignamente aqueles que em nós depositaram o seu voto de confiança. Não fomos contra tudo nem oposição do bota-abaixo. Acompanhámos o Executivo Municipal em várias iniciativas, viabilizámos com a nossa abstenção várias matérias que cabem nas suas competências de gestão, atribuídas pela população de Caminha quando o escolheu para liderar os seus destinos, e fundamentámos a nossa oposição às iniciativas que consideramos erradas ou contrárias à nossa visão para o desenvolvimento do território e bem-estar das pessoas. Apresentámos inúmeras propostas: da economia à sustentabilidade, da educação à intervenção social, da juventude à participação.

E, por isso, este também é o momento de deixar algumas palavras de saudação e de agradecimento a todos o que fizeram parte deste exercício democrático. Partindo de diferentes convicções e de diferentes experiências de vida, há algo que nos une e que não devemos esquecer em momento algum: a vontade de participar e de, através dessa participação, fazer deste Concelho um sítio melhor para crescer, para trabalhar, para visitar e para viver.

Assim, gostaria de começar por saudar o Presidente da Assembleia Municipal e respetiva mesa. Gostaria de desejar ao Eng. Luís Mourão as maiores felicidades para o seu futuro e de lhe agradecer, com estima, o esforço de concórdia no exercício das suas funções, a urbanidade, a cortesia e a elevação no trato para com todos os intervenientes, para além do seu desconcertante sentido de humor que tanto nos animou e, muitas vezes, esvaziou os momentos de maior tensão.



## Assembleia Municipal de Caminha

Um agradecimento também aos trabalhadores do Município de Caminha, em particular à Anabela Monteiro, pela colaboração com todos os deputados e presidentes de junta de freguesia presentes nesta Assembleia.

Uma palavra de reconhecimento ao Presidente da Câmara Municipal e aos seus vereadores. As críticas que há pouco dirigi ao Executivo Municipal – e que certamente merecerão uma resposta assertiva e contundente da sua parte – em nada beliscam a admiração e o respeito que tenho pelo vosso trabalho e pela vossa dedicação à causa pública, sobretudo num contexto tão complexo e tão exigente como aquele que vivemos ao longo do último ano e meio. Este é um cumprimento sincero que gostaria de estender também ao Eng. Guilherme Lagido.

Gostaria de igual forma de deixar uma palavra de saudação aos vereadores da oposição pelo cumprimento da sua função ao longo destes quatros anos. Um papel exigente, de acompanhamento permanente da atividade do Município e de proximidade junto da população, em paralelo com as suas carreiras e compromissos profissionais, associativos, familiares e pessoais.

Uma palavra de reconhecimento ao trabalho de todos os presidentes de junta e aos deputados das diferentes bancadas, particularmente aos que hoje cessam funções, mas também aqueles que se encontrarão novamente depois do dia 26 de setembro.

Não temos que fazer política zangados uns com os outros. Podemos debater e manter a elevação e o respeito pelo outro. Podemos discordar sem colocar em causa a boa fé e a benevolência das intenções de quem pensa de forma diferente. A tolerância é o cimento da nossa coesão e da convivência entre todos. É sobre esse cimento que devemos construir o futuro do nosso Concelho.

Termino com palavras de Miguel Portas, exemplo dessa tolerância até por necessidade familiar, proferidas no rescaldo de umas eleições europeias em que foi candidato: “As atitudes têm que servir para algo mais do que conquistar votos ou justificar passados. Têm que ajudar a inventar um futuro onde as



## Assembleia Municipal de Caminha

“pessoas possam ser valorizadas, não em função do que têm, mas em função do que podem ser.”

E isso, seja como presidentes, como vereadores, como deputados ou simplesmente como cidadãos, depende de todos nós. Hoje e sempre.

Muito obrigado a todos!”

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Seixas, Rui Ramalhosa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“Passados 8 anos, como depressa passaram 8 anos, quero agradecer a forma como todos me receberam e aceitaram neste lugar especial que é a Assembleia Municipal, local da Democracia no nosso Concelho, como Presidente eleito pela Junta de Freguesia de Seixas. Já cá tinha estado como deputado municipal eleito e espero voltar a estar.

Meus caros, o tempo não passa depressa, o tempo voa.

Por isso mesmo o que me traz aqui, hoje, é deixar escrito, para ser lembrado, os motivos que nos levam a ser Presidente de Junta e servir a população, neste caso Seixas e o nosso Concelho.

Como sabem, nos dias de hoje o trabalho de uma Junta de Freguesia, para além de manter as Ruas, caminhos e lugares públicos limpos e asseados, devem ter em especial atenção a Ação social, a Proteção Civil, as linhas de água e a sua Floresta.

Para isso vou lembrar as obras anuais e dizer uma única vez e depois todas as obras feitas pontualmente:

Anuais, quero dizer que se repetem todos os anos e alguns várias vezes ano após ano:



## Assembleia Municipal de Caminha

Limpeza das linhas de água em janeiro, em maio/junho e em setembro;  
Limpeza da floresta e caminhos florestais pela primavera para prevenção de fogos florestais;

Pintura de muros e reparação geral do cemitério em fins de outubro;  
Colaboração do abate de ninhos de vespas asiáticas;

Iluminação Natalícia no Largo de São Bento e entradas principais de Seixas  
Lavagem do Largo de São Bento através da Câmara e Lusagua;

Isenção da Taxa Camarária dos pescadores;

Isenção da Taxa das Barracas dos pescadores;

Limpeza da Marginal de Seixas, cortando infestantes, desde Lanhelas;  
(Boalheira) até à praia das Pedras Ruivas, são 3 / 4 KMs;

Limpeza do terreno da casa do Arquiteto Ventura Terra — Câmara;

Fazemos o Dia da Comunidade Seixense a 9/11, dia do Foral mais antigo;

Fazemos a Festa do Rio a 15/08, dedicado ao Rio, aos emigrantes e folclore;

Comemoramos o 25 de Abril, cada ano, oferecendo um cravo às pessoas de Seixas;

Colaboração com RSI e CLDS da Câmara Municipal na ajuda a famílias carenciadas  
Colaboração com a Confraria de São Bento nas festividades, com o Centro de Bem-Estar e Social de Seixas, com os Amigos de Seixas e com os Escuteiros de Seixas, bem como com as Comissões de Festas;

Vou, em seguida, informar as obras em cada ano:

### Ano de 2013

Reposição do piso no Largo de São Bento, junto ao Chafariz

### Ano de 2014

Suporte de terras da Rua da Boalheira.

Reposição do piso no Largo de São Bento.

Reparação da plataforma no cais de São Sebastião.

Reparação da marginal, fortemente danificado pelos temporais.

Repavimentação do piso e do estacionamento no cais de São Sebastião.

Reparação das águas pluviais no bairro social de Coura.



*[Handwritten signatures and initials in black and blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

Criação do arboreto do Feital.

Pintura do edifício da junta de freguesia.

Renovação do piso na Rua da Mela

Substituição da rede de água e renovação do piso na Rua da Renda.

Calçetamento da Travessa do Montinho

### Ano de 2015

Início do alargamento na Rua da Cabreira, repavimentação, e renovação da rede de água.

Abate de eucalipto na Casa Ventura Terra.

Abate de pinheiro na escola de coura.

Lavagem do Adro da Igreja e dos muros. (Chão no ano passado e muros este ano).

Limpeza de acessos a barracas e valado da REFER.

Preparação de projeto para viveiro de peixe na marginal.

Colaboração para incentivo de criação de escolinha de futebol Obras da Ecovia Seixas-Lanhelas.

Alargamento e repavimentação da Rua da Cabreira com renovação da rede de água.

Renovação do tanque do Castanhal.

Alargamento e corte de árvores na curva da Rua do Castanhal Arranjo da mãe d'agua de Barreiros ao tanque de cima

### Ano de 2016

Finalização dos trabalhos da repavimentação e alargamento do início do Rua da Cabreira

Obra de recondução das águas pluviais do muro de suporte da Rua da Seara

Obra de renovação do Tanque do Castanhal

Limpeza do Tanque da Boalheira

Reparação do piso da Calçada do Túnel Reparação das águas pluviais no bairro social de coura.

Limpeza do arvoredado do Feital.



## Assembleia Municipal de Caminha

Pintura do edifício da Assembleia de freguesia.

Pintura da Igreja Paroquial Pintura da Capela da Senhora da Consolação

Calçetamento da Travessa do Montinho

Limpeza e pintura do Coreto de Coura de Seixas

Preparação de projeto para melhoramento da marginal.

Repavimentação de parte da Rua da Seara

Repavimentação e rede de água e saneamento da Rua da Minada Mudança de local do Parque Infantil para a Zona de lazer da Praia de São Bento.

### Ano de 2017

Finalização da renovação da rede de água na Rua da Minada, bem como o alargamento da parte baixa da rua e a sua pavimentação em calçada.

Executado um muro em bloco para segurança de pessoas e veículos na Rua da Lapa Automatização da passagem de nível do Cemitério;

Executado uma parcela de muro em pedra, de suporte à Travessa das Cruzes  
Executada a obra de capeamento em granito nos alçados dos gavetões, lado norte do cemitério

Repavimentação em paralelo da rua que liga a Rua Artº Miguel Ventura Terra à Avenida São Bento

Renovação da rede de água pela Câmara Municipal e à repavimentação desde a Fonte da Lagoa até à Rua da Mela, passando pela Calçada do Cancelo.

### Ano de 2018

Repavimentação da Rua da Rabusca

Repavimentação da parte da Rua da Seara

Reparação do Parque da Rua Alfredo da Cruz

Reparação do piso da Rua do Monte Renovação da rede de rega, iluminação e verdes do Largo de São Bento

Fibra ótica pela Câmara Municipal

Preparação com Câmara e Portgás para Gás Natural

### Ano de 2019

Reparação das valetas em cimento na Rua do Castanhal;



## Assembleia Municipal de Caminha

Reparação da rampa da Calçada da Cabreira com o Monte;  
Repavimentação final da Rua da Rabusca  
Repavimentação final do piso da Rua do Monte  
Limpeza e reparação das Escadarias existentes na freguesia, nomeadamente Sobral, Montinho e Facho;

### Ano de 2020

Acabamento do Piso do Queimador  
Repavimentação da Rua da Rabusca  
Calçetamento da praceta da Residencial  
Reparação dos motores do Chafariz do Largo de São Bento  
Repavimentação da Rua da Devesa, Fase 1  
Repavimentação da Rua da Devesa, Fase 2  
Repavimentação do Largo da Devesa e Av. 27 de Setembro (Início)  
Mudança da Passagem de nível de Coura  
Vacinação contra a Gripe dos nossos maiores de 65, na Junta

### Ano de 2021

Ecovia de São Bento às Pedras Ruivas  
Praia fluvial das Pedras Ruivas  
Cobertura da marina do Cais de São Bento  
Limpeza das condutas do Saneamento na Marginal  
Muro na Rua da Gaiosa, caído no temporal  
Reparação das águas pluviais na Rua Alfredo da Cruz  
Continuação da obras de gavetões para alargamento do cemitério  
Repavimentação do Largo da Devesa com a Av. 27 de Setembro (Fase 2)  
Centro de vacinação COVID em Seixas — Câmara Municipal  
Quase se pode afirmar de que, obra mais, obra menos, ainda, nos esquecemos de evidenciar alguma obra.

Mas

Como se fez notar a influência desta Pandemia do COVID19, nestes dois últimos anos.



## Assembleia Municipal de Caminha

Espero que o meu sucessor continue a trazer a esta assembleia um rol de obras e trabalho efetuado, ao longo dos anos futuros.

Viva Seixas, Viva o Concelho de Caminha.”

**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, António Brás,** saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“Esta reunião de Assembleia Municipal significa para mim o último ato em que neste plenário desenvolvo competências de presidente de Junta.

No entanto quero ressaltar que tal não significa que abandone a minha freguesia ou que deixe de exercer a atividade cívica e por arrastamento a defesa intransigente dos interesses da Freguesia de Âncora.

Portanto não o fazendo como presidente de Junta é pressuposto e é legítimo que o faça como cidadão Ancorense e munícipe do Concelho de Caminha.

Vou mais longe, ao considerar que uma população que durante 3 mandatos consecutivos depositou confiança em mim e numa equipa que liderei e que comigo desbravou caminhos, merece que eu continue a trabalhar por ela e para ela.

Não o farei, tal como nunca o fiz, para fazer política, porque não me sirvo da atividade pública, para esse fim, e, apenas admito o seu exercício para servir o povo de forma equilibrada e igualitária para servir àqueles que a nós recorrem para dar vós aos Ancorenses.

Ao longo de 3 mandatos procurei salvaguardar as ambições dos Ancorenses. Sempre que intervi nesta assembleia, fi-lo sempre, com um propósito único, que foi a defesa daquilo que a dado momento considerei serem os interesses da Freguesia de Âncora.



## Assembleia Municipal de Caminha

Julgo que me competia fazê-lo aqui, em sede própria, perante o órgão que os caminhenses elegeram para regular ações, fiscalizar e manter ativa a vós dos cidadãos e a soberania do povo.

Termino agora um ciclo de 12 anos, com participações neste órgão de soberania, superior e distintamente dirigido pelo seu presidente cuja conduta democrática dispensa apresentações porque o passado atesta por si, assim como a ilustre mesa, sem saber qual é o tempo regimentar de intervenção para um presidente de Junta, que no meu caso, quando venho a este pàlanque, venho para representar todos os eleitores Ancorenses sem fazer distinção de ideais político partidários e corro o risco de não possuir tempo suficiente para exercer esse direito que me foi sufragado nas urnas.

E quando pretendo defender todos os fregueses sinto-me condicionado a um tempo restrito, integrado no tempo da força política pela qual fui eleito, prejudicando por acréscimo as eventuais intervenções deste partido político.

O que não me parece justo e denota no meu entender, uma falha na representatividade da classe de presidentes de Junta, ao não diferenciar, se participa nos trabalhos, como presidente de Junta ou como deputado.

Até que mudem as vontades, quero afirmar, que não estou aqui para me despedir, ou para me congratular por obra feita, mas antes para falar da obra que ainda não foi feita.

Obviamente, porque eu não soube com certeza concentrar as dinâmicas adequadas que levassem a esse desiderato, e falo, sem nunca me cansar do projeto, que alguém menos criativo e ousado, ou, até diria, desfasado da realidade do século XXI, apelida de sonho, com publicações no bendito Facebook, mas porque não, reconhecer que sendo um sonhador, lunático, ou não, é realmente imperioso criar condições para se ver realizado o Viaduto Aguas Férreas/Pédarroso, onde se sucedem os acidentes e se perdem vidas humanas, vidas promissoras, vidas Ancorenses, vidas do Concelho de Caminha, perante a passividade das entidades responsáveis que teimam em não reconhecer o volume de tráfego que este cruzamento comporta.



## Assembleia Municipal de Caminha

E isto caras senhoras e caros senhores acontece numa via que suporta elevado tráfego internacional, em que a pouquíssima distância em freguesias vizinhas existem outros viadutos, onde apenas passa, uma, ou, duas, viaturas por dia.

E no cruzamento das Aguas Férreas/Pedarrao o IEP(Infra Estruturas de Portugal não consegue verificar a quantidade de trafego que justifique uma construção desnivelada, que una a freguesia de Âncora e sobretudo que proporcione condições de segurança aos seus utilizadores, mas falo das vias internas paralelas à EN13 que estão ou deveriam estar previstas em PDM.

Não é sonho, nem é um qualquer sonhador que o diz, é presente, é uma realidade, é mais um viaduto a nascer no cruzamento com a Via Férrea numa freguesia vizinha.

Mas infelizmente não é em Âncora, não é nas passagens de nível das Águas Férreas ou da Gelfa, onde muitas vezes nos deparamos com avarias e cancelas fechadas por períodos que atinge 8 horas consecutivas tal como aconteceu ainda agora no passado dia 26 de Agosto, em que o transito teve de ser durante esse período de tempo regulado por agentes da GNR e da Própria população sujeita aos riscos daí decorrentes.

Sempre, aqui no uso da palavra, tentei sensibilizar, o município para o dever moral de modernizar a freguesia de Âncora, porque esta, esteve esquecida durante sucessivos períodos da sua história.

Aliás permito-me afirmar, que desde que Âncora tomou a decisão de integrar o Concelho de Caminha em 1893, foi preciso percorrer 120 anos, até 2013, para que Âncora voltasse a ser acarinhada, como filha que é deste Concelho.

É muito trabalho.

Efetivamente reconheço que é muito trabalho, o que tem sido enviado para a minha Freguesia, desde o saneamento básico até aos grandes investimentos em acessibilidades, ou cultura e educação, mas a realidade é que ainda não chega, porque Âncora esteve esquecida sem investimento durante demasiado tempo.



## Assembleia Municipal de Caminha

Apesar de podermos dizer com orgulho do trabalho desenvolvido, que entre pavimentação de raiz e requalificação de pavimento, temos um comprimento de obra, que atinge os 10 Km lineares, tenho de falar da frustração que ainda ontem de manhã senti ao mostrar ao senhor Vereador Rui Lages, no terreno, que apesar do esforço que foi feito durante estes 12 anos e termos pavimentado 14 caminhos que encontramos em 2009, em terra batida, ainda ficam para o futuro, na zona urbana da freguesia caminhos em terra batida.

Não venho falar da obra imensa, que a Junta e a Câmara e a Câmara e a Junta executaram em Âncora, partilhada entre a pequena, a média e a grande dimensão, porque ela está implantada no terreno e até os mais cépticos, ou os detractores, estão sujeitos a tropeçar nela

Quero falar do incremento que foi dado ao processo de classificação da Cidade Âncora/ Afife, mas que ainda faz parte dos projetos não alcançados, e a perda que representa o não aproveitamento do seu potencial para alavancar o turismo da região, da Candidatura para a requalificação do Forte do Cão, o tratamento e criação de circuitos das Gravuras Rupestres do monte da Espiga e Stº Adrião, da Mamoa da Aspra, da concessão de Praia que se aguarda na zona dos Caldeirões, do regresso da Ponte Eiffel. Enfim da salvaguarda do Património Cultural Imaterial que é a nossa identidade.

Quero falar do enorme trabalho de georreferenciação de limites administrativos, realizado em setembro de 2019 no terreno, com o esforço da Câmara e da Junta, e, que apesar das discrepâncias verificadas na relação com a cartografia corrente, que são penalizadoras para a Freguesia de Âncora e para o Concelho de caminha, os resultados desse trabalho ainda não tenham chegado à Junta.

Quero falar de um plano de Ordenamento Costeiro que prejudica o progresso e sustentabilidade da Freguesia de Âncora, porque não permite a instalação de uma unidade de restauração, em terrenos da Junta, mas permitiu a construção de uma estação elevatória no mesmo local.

Quero e irei falar sempre do que ainda não foi feito, obviamente porque eu não fui capaz de fazer melhor, e aqui me penalizo por isso, mas vou seguramente



## Assembleia Municipal de Caminha

continuar a aprender, para conseguir fazer mais e fazer melhor, por isso mesmo, continuarei na qualidade de cidadão a dar o meu contributo por Âncora.

Por último.

Quero sinceramente, agradecer a todos quantos ao longo de 12 anos tiveram paciência para me ouvir.

Obrigado.

Disse.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e nele todos os presentes e todos os que assistem a partir de casa, e deu início à sua intervenção;

“Os resultados preliminares dos censos, publicados em julho mostram a variação da população residente entre 2011 e 2021 de -5,1% no concelho de Caminha. Há freguesias, como Venade e Azevedo e Lanhelas, cuja perda de população atinge quase 10%, sendo este número superior em Dem e nas Argas.

Não se trata apenas de políticas do presente, mas também do passado. O modelo de desenvolvimento que há alguns anos foi ferozmente defendido pelo PSD, com criação de um Centro Escolar em Dem e encerramento das escolas de Gondar, Orbacém e Riba de Âncora, dada a nova centralidade prometida pela A28, apenas fragmentou ainda mais o vale do Âncora e em nada promoveu o crescimento do interior do concelho. Aliás, levou mesmo ao fim do Agrupamento Intermunicipal que unia as freguesias do Vale do Âncora e começou a afastar as populações, tal como prevenimos na altura. No entanto, a decisão tomada não nos afasta de responsabilidades e urge avançar com medidas de usem as disponibilidades existentes em favor da inversão da situação de perda de população.

Mas são também políticas do presente, cujos números parecem contrariar o otimismo a que a Câmara Municipal de Caminha nos habituou nos últimos 8



## Assembleia Municipal de Caminha

anos, embora seja ainda necessário aguardar pelos resultados definitivos para se perceber se realmente há ou não um aumento de segundas habitações. Se assim for, teremos ainda que ver o impacto desse crescimento no concelho e na fixação dos jovens. Aparentemente, com uma população residente a diminuir, se se verificar um aumento de segundas habitações no concelho é importante refletir sobre a interferência que este aumento está a ter nos preços da habitação e na progressiva dificuldade em mantermos as populações residentes.

Fica-nos ainda o consolo de verificar a existência de mais 120 novos agregados, não sendo ainda claro se estes resultam de agregados anteriores que originaram novos ou se se constituíram de raiz no Concelho de Caminha.

Claro que todos estes números vão de encontro ao panorama nacional, com uma variação negativa de 2% ao nível da população residente e um aumento de quase 3% no número de agregados, mas a verdade é que isso não ameniza a situação nem a resolve.

Caminha necessita de políticas mais ativas de fixação das populações, começando pelos seus mais jovens, oferecendo-lhes condições, disponibilidades e acessibilidades, para que possam programar a vida no nosso território. E isso não se faz com políticas que se repetem há 45 anos. Isso não se consegue com versões idênticas da mesma receita que mais não faz do que popular o executivo camarário sobre as populações, num exercício de imagem que não serve as pessoas.

É por isso justo que se pergunte ao executivo, que passou os últimos 4 anos a bendizer nesta Assembleia a sua ação, sempre apoiado na sua maioria absoluta nesta casa, e que completa agora 8 anos de governação municipal, como explica a situação. Claro que dirá, uma vez mais, que é um problema demográfico do país. Mas outros municípios há em que a situação não se verifica, como Braga, por exemplo. Mas dirá mais, provavelmente. Que a qualidade de vida das populações não se prende unicamente com o seu número. E em sua defesa dirá ainda que já em 2011 se verificou que a



## Assembleia Municipal de Caminha

população estava em queda desde o Censos de 2001. Mas isso prova apenas que PS e PSD não têm sabido usar os exercícios municipais para contrariarem esta situação. Estão demasiado focados nas obras físicas e emblemáticas que sempre poderão usar como arma de arremesso entre si, mas que não preparam o concelho para o futuro que até já é passado para tanta população que não encontra cá condições de fixação ou permanência.

Em final de mandato é também justo que todos os membros desta assembleia façam um balanço ao seu exercício. Não há executivo camarário algum que não faça passar pela assembleia municipal as políticas mais relevantes e que se refletem no grau de desenvolvimento do município. É importante que cada um messa no voto favorável que deu ao executivo se realmente serviu a população.

Graças ao voto de cada um, o executivo foi empurrando a dívida da água com a barriga. Graças ao voto de cada um foi afastado do domínio municipal a gestão da água em baixa. Graças ao voto de cada um foi impedido exigir ao executivo que promovesse um estudo de saída da AdAM. Graças ao voto de cada um, foi precipitada a transferência de competências do Estado para o Município, num dos maiores exemplos de ação coordenada do PS e PSD a partir de Lisboa que contraria o princípio constitucional da regionalização, liberta o Estado das suas obrigações e sobrecarrega os municípios. Aliás, basta ver agora como as regiões autónomas são as únicas já com bolo definido na famosa “Bazuca” europeia para se perceber o valor de uma região com verdadeira capacidade administrativa. Graças aos votos de cada um, foram criados conselhos municipais que nunca reuniram, nem mesmo alguns que já existiam, como o conselho cinegético municipal. Este último por exemplo, poderia corrigir situações de caça junto a habitações e em concomitância com ecovias e trilhos pedonais. Com os votos de cada um foi possível, em alguns momentos, ignorar a existência de contraditório, enfraquecendo o exercício político democrático tão propalado pelo PS. Claro que do alto das maiorias dirão sempre que isso não é verdade, que só os outros eram assim. Mas quem



## Assembleia Municipal de Caminha

não foi dos outros nem é destes, sabe bem ver como em tantas coisas são iguais e como com o crescimento da maioria cresce igualmente a arrogância política, bem visível em alguns momentos nesta mesma assembleia.

Mas, de facto, há melhorias que justamente queremos também assinalar neste final de mandato. A visibilidade do exercício municipal deste órgão, desde logo. A cultura conheceu um novo folego, uma nova sensibilidade e uma nova aposta, algo que fomos afirmando ao longo do tempo. Claro que entendemos que a população merece mais, merece maior diversidade, merece o acesso a manifestações culturais que são só horizonte para a maioria. Mas a verdade é que hoje Caminha está em condições de se reconhecer por promover no seu território uma fruição cultural com alguma distinção. Os últimos dois anos, vividos em restrição, deram alguns lampejos dessa vontade e capacidade. Caminha não perdeu nesse período essa identidade. Mas então porque não foi capaz de construir identidade noutras áreas, andando sempre à volta do turismo, mas, até nele, sem grandes novidades? Parece que falta sempre alguma coisa, como quem compra um reбуçado, tira-lhe o papel que o envolve, mas afinal não o come.

A marginal de Caminha é disso um exemplo, parecendo uma eternidade a conclusão do passeio, o único elemento que afinal pode beneficiar Caminha, já que a estrada de passagem é neste momento quem mais beneficia da imagem de postal que Caminha oferece. Ou seja, é bom passar em Caminha, mas a ideia é viver em Caminha. Mas voltando ao passeio, urge perguntar se este adiar da conclusão reflete o desnível com o cais da rua e que agora, em final de obra, surge como problema? Cais esse, aliás, para o qual a CDU alertou em tempo útil que não estava concluído de forma a servir os pescadores. Sabe, por exemplo, o executivo, quantas vezes funcionou o guincho? E sabe da razão pela qual não é usado? Foi mais uma das obras que serviu nesta assembleia a coceira dos elogios das maiorias como servirá ainda o investimento no portinho de Vila Praia de Âncora e a reposição da Duna dos Caldeirões.



## Assembleia Municipal de Caminha

Mas neste último capítulo espera-se mais da Câmara de Caminha. Espera-se um compromisso sério com os pescadores e um envolvimento consequente na dinamização do setor.

Queremos também fazer duas pequenas referências à época estival. Na assembleia de junho pedimos ao executivo que averiguasse da possibilidade de interromper a ciclovia no passeio da Avenida Dr. Ramos Pereira em Vila Praia de Âncora. Somos grandes defensores da criação de alternativas para bicicletas e outros, mas não defendemos a limitação excessiva à mobilidade das pessoas numa zona tão nobre e, pedonalmente, movimentada, particularmente no Verão. O Sr. Presidente mostrou-se sensível, mas não houve qualquer mudança, mesmo invocando-se a situação de COVID.

O Verão mostrou também noites de agitação, de dano público e de insegurança com os quais não desejamos estar associados. Que articulação foi feita com as forças de segurança. Que tipo de recursos foram destinados a Caminha e que articulação institucional foi realizada para combater o problema, tendo em conta até que, fazendo fé nos relatos divulgados nas redes sociais, foi comum o envolvimento de menores.

Não terminaremos sem uma referência ao exercício democrático do voto. A 26 de setembro seremos todos chamados a Eleições. A Assembleia Municipal de Caminha é um dos órgãos que se constituirá a partir desse sufrágio. Por isso desde daqui queremos fazer o apelo a todos os munícipes do concelho de Caminha para que vão votar. Votem segundo a decisão que consideram melhor, mas votem. Não deixem de se envolver num dos momentos mais expressivos na participação popular na vida democrática. Votem e participem nas mesas de voto ou façam o melhor escrutínio do seu exercício para que situações como as que prejudicaram a CDU, desviando votos seus nas eleições autárquicas de 2017, não se voltem a repetir.”

A **Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Lanhelas, Josefina Covinha**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor



## Assembleia Municipal de Caminha

Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“Como todos sabem, por vontade própria, dei por concluída esta etapa da minha prestação enquanto Presidente da Freguesia de Lanhelas, mandatos que exerci com muita honra, com total dedicação e sentido de responsabilidade, procurando sempre honrar os compromissos assumidos e dignificar a causa pública, servindo o melhor possível a freguesia e os meus concidadãos.

Em jeito de despedida gostaria de, em primeiro lugar, endereçar o meu agradecimento a todos os membros desta Assembleia, na pessoa do seu Presidente pela atenção e respeito mútuos. Um agradecimento reconhecido à Câmara Municipal, nas pessoas do seu presidente Miguel Alves e dos seus vereadores, que ao longo destes dois mandatos, sempre me apoiaram, e acarinharam ajudando a resolver os problemas do dia a dia.

Também dirijo um especial e particular agradecimento aos meus colegas do executivo que me souberam compreender e apoiar e cujos esforços e empenho, contribuíram para dois mandatos dignificantes e bem sucedidos. Agradeço aos membros da Assembleia de Freguesia e às dezenas de lanhelenses de todos os quadrantes políticos, envolvidos nas diversas atividades culturais e recreativas que foram acontecendo ao longo deste período.

Um reconhecimento especial às profissionais da Escola Básica de Lanhelas e do Agrupamento de Escolas de Caminha, meus colegas, pela forma solidária e empática com que sempre me receberam e apoiaram, o que estreitou mais as relações pessoais e institucionais e que este executivo soube agradecer e retribuir.

A todas Instituições e Coletividades, ao Jornal Digital Caminha 2000, aos concidadãos em geral, agradeço de coração a atenção que me dispensaram.



## Assembleia Municipal de Caminha

No balanço que faço dos dois mandatos e da minha liderança como Presidente de Freguesia, concluo que os objetivos que nos propusemos foram alcançados e em alguns aspetos superaram até as expectativas. No entanto, outros houve que, pela força das circunstâncias, alheias à nossa esfera de competências, foram menos conseguidos. Muitas obras se concretizaram, muitos melhoramentos trouxeram mais conforto e qualidade de vida aos lanhelenses. Para aqueles cuja memória já os atraiçoa ou o desconhecimento afeta o discernimento, vou elencar as requalificações levadas a efeito, nas nossas ruas e caminhos, muitas delas com renovação da rede de água e da rede de águas pluviais.

Pela sua extensão, não pedirei desculpa porque é obra feita, são projetos concretizados, com todo o mérito.

Colocação do piso em cubo, em substituição do betuminoso na Estrada da Beirada do Rio junto à ecovia

Arranjo da Travessa da Vacariça

Requalificação da Travessa do Sobreiro

Requalificação do Caminho do Serradouro

Requalificação da Rua da Boavista

Requalificação de parte da Rua do Alto da Boavista

Requalificação da Rua da Liberdade no centro da freguesia

Requalificação da Rua da Roda

Requalificação do Largo de Marrocos

Requalificação da Rua de St.º António

Requalificação da Travessa do Couto

Requalificação de grande parte da Rua da Boucinha

Requalificação da Rua Ilídio Couto

Execução do Caminho da Bouça Velha

Execução do Caminho p/ Monte Góios a partir da Rua do Alto da Boavista

Execução da Travessa da Boucinha

Execução de parte do Caminho da Varanda



## Assembleia Municipal de Caminha

Requalificação do escadório, de quatro muros de contenção: na Rua João Costa e Silva, no Freijoal, na Boucinha e no Roncai;

Limpeza anual da Presa do Freijoal e de faixas dos baldios adjacentes a zonas urbanas

Construção de abrigo para trator c/ alargamento do estaleiro

Aquisição de trator e de várias alfaias agrícolas

Substituição do piso da plataforma "S. Martinho"

Impermeabilização, pintura e arranjo de casas de banho no edifício da junta

Aquisição de equipamentos de escritório e equipamentos informáticos

Colocação de corrimãos, pintura dos muros e anexos, gradeamento e portão no cemitério

Instalação e enquadramento paisagista da Imagem da N. Sra. de Fátima, por ocasião do centenário das aparições.

Às Instituições e Coletividades de Lanhelas atribuímos, nestes dois mandatos, uma verba na ordem dos trinta e cinco mil euros.

A Câmara Municipal além de nos ajudar em todas as infraestruturas necessárias, assumiu as grandes obras: Estádio Ilídio Couto, Ecovia, Substituição das caixilharias velhas por novas janelas e portas em alumínio, na Eb1 de Lanhelas, fez o saneamento da Travessa da Cancela até ao Caminho de Entre-Muros, substituiu a rede de água desde o Caminho do Nuno até à Estrada da Sintinela, Trouxe a fibra ótica e o gás natural aos cidadãos. Destinou para Lanhelas a peça de arte "Abrigo" colocada na beirada do rio, menção à marca identitária dos nossos costumes e tradições. Arranjou a plataforma "Aurélio Vasconcelos". Elaborou o projeto para a colocação da imagem da N. Sra. de Fátima e elaborou o projeto de uma habitação, no âmbito do apoio social. Disponibilizou a equipa de sapadores florestais que operaram em largas faixas de proteção urbana e na zona envolvente do Cruzeiro da Independência.

No campo das atividades culturais e recreativas levamos as nossas gentes ao Museu de Memória a Melgaço e ao Teatro Sá de Miranda. Fez-se a hora do Conto ao longo de vários anos, Workshops de culinária, interrompidos pela



## Assembleia Municipal de Caminha

pandemia, e encenaram-se dois presépios vivos. As senhoras voluntárias confeccionaram inúmeros fatos, os homens os cenários e outros materiais para as peças de teatro e para as participações nas feiras medievais do Concelho. Foi levada à cena a peça de teatro "Gente de Coragem", com duas atuações em Lanhelas, outra no teatro Valadares e uma outra no Teatro Sá de Miranda. Fizemos teatro de rua, "A Lenda de S. Sebastião" e as Trapicheiras e levamos à Feira medieval de Caminha dois Autos de Gil Vicente. Para assinalar as quadras natalícias aproveitamos a criatividade de uns, os braços de outros e construímos presépios, anjos, painéis, enfim diferentes manifestações artísticas. Participamos nas exposições da autoria do Prof. Luís Guerreiro, na Casa da Eira, numa das quais foi dramatizado um excerto da peça "Felizmente há luar", por ocasião do bicentenário da morte de Gomes Freire de Andrade e numa outra fizeram-se leituras da vasta e magnífica obra de Sofia de Mello Breyner pelo centenário do seu nascimento. Juntamente com a Câmara Municipal homenageamos António Lages, o melhor tubista português do seu tempo, e honramos a memória de Rui Fernandes, emérito artista plástico da nossa terra, aquando do seu falecimento.

Contudo além de nos envolvermos em algumas ações de apoio social, um dos nossos maiores motivos de orgulho, passou pelo atendimento que prestamos nos últimos anos de vida ao prestador de serviços, Abel Almeida, que ao longo de dois anos, com vários episódios de doença e não tendo quem o cuidasse, usufruiu sempre de acompanhamento médico e terminou os seus dias de vida com dignidade e um atendimento privilegiado, numa Unidade de Cuidados Continuados, em Paredes de Coura, terra donde era natural, tudo, graças à ação do executivo. Sem dúvida esta é de todas a maior compensação que poderíamos almejar.

Não fora a Covid 19, período durante o qual sempre nos colocamos ao serviço da população, mais atividades de âmbito cultural e recreativo teriam sido desenvolvidas. Não obstante neste último ano, com obras pendentes, que creio serem ainda levadas a bom termo nos escassos dias que nos restam, como



## Assembleia Municipal de Caminha

sejam (requalificação de mais dois troços da Rua da Liberdade, Requalificação da Rua da Estação e abertura de uma biblioteca na qual será disponibilizado um computador e impressora), ainda celebramos o Dia de Lanhelas com o lançamento do Livro "José António Guerreiro, o Liberal de Lanhelas", em estreita e imprescindível colaboração da Câmara Municipal. Do mesmo modo apoiamos a edição do Livro "O Carrocho do Rio Minho," livro apresentado na Feira do Livro. Conseguimos ainda a recolocação da Caixa Multibanco, tão desejada por todos nós.

Minhas Senhoras e meus Senhores, não me chegam as palavras para expressar o meu reconhecimento e gratidão por me acompanharem neste já longo percurso, nem sempre fácil, que envolveu tanta e tão boa gente num projeto feito de solidariedades e de cumplicidades, de ousadias e de muita coragem. É assim a causa pública, para benefício de todos!

Termino convicta de que na vida pública, as nossas prestações, devem dinâmicas, de abertura a novas perspetivas e processos, almejando sempre a melhoria, de modo a que os resultados afetem positivamente a vida das pessoas. E este o legado e o desafio que deixo à equipa liderada pelo candidato Adolfo Marrocos, em quem confio plenamente para fazer um bom trabalho e a quem desejo o maior sucesso.

Em suma, cumprimos com o lema que, aqui numa Assembleia Municipal referi "enquanto houver caminho para andar, nós não vamos parar". De facto, não pararemos até ao último minuto do último dia."

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes que nos seguem de casa e Comunicação social, e deu início à sua intervenção; "Permitam-me que inicie esta minha intervenção agradecendo aos Deputados Municipais, Presidentes de Junta e principalmente ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal por estes 4 anos de trabalho conjunto, que, apesar das



## Assembleia Municipal de Caminha

nossas divergências políticas, decorreram dentro do espírito democrático que pauta esta casa da Democracia.

Estamos prestes a fechar mais um ciclo político, um ciclo de mais 4 anos de liderança socialista no Município de Caminha e por isso importa fazer uma reflexão, prestar contas a todos, dos últimos anos.

Ler e ouvir que o Concelho de Caminha está num marasmo é uma demagogia barata, ler e ouvir que o Concelho de Caminha está pior do que há 8 anos é uma demagogia barata, ler e ouvir que se quer devolver o Concelho de Caminha aos Caminhenses é demagogia barata, uma afronta e um insulto a todos os Caminhenses!

Penso que é visível, para todos, o desenvolvimento que o nosso Concelho atingiu ao longo destes anos de governação sob a liderança de Miguel Alves. Temos obra no nosso Concelho, por todas as freguesias do nosso município vimos surgir a concretização de projetos e de anseios há muito verbalizados pelas populações que, com trabalho e resiliência de quem dirige o nosso Concelho estão aí, aos olhos de todos e que merecem o reconhecimento incondicional.

E, uma vez que o Senhor Presidente da mesa informou e bem que sintetizasse a minha intervenção, e como ia elencar uma série de obras nas várias freguesias do nosso Concelho, como ali foram elencadas por três Presidentes de Junta, julga que foram transversais a todas a freguesias. E, por isso apenas se vai centrar nas duas grandes vilas do nosso Concelho.

A população de Caminha/Vilarelho que vê, após longos anos e um sem fim de promessas, ampliar e requalificar a Escola Básica e Secundária, surgir o seu novo mercado, a sua zona histórica renovada e o seu cartão de visita ser alvo de uma intervenção sem precedentes. Várias das suas ruas a serem beneficiados. Vê requalificada e revitalizada a sua frente ribeirinha com a nova ecovia, os pescadores têm um novo cais com melhores condições de acesso.

A população de Vila Praia de Âncora, com a criação do espaço do cidadão, com a beneficiação, requalificação e construção das suas vias como sejam a o



## Assembleia Municipal de Caminha

nó da Erva Verde ou ainda a Zona da Sandia e Vista Alegre, as ruas 31 de Janeiro, Rua de Gontinhães, o Lugar da rocha, a Rua António Aleixo, a Rua Luis de Camões, a Travessa 5 de Outubro a zona envolvente ao Mercado Municipal. A construção da passagem inferior pedonal na Travessa do Teatro, tornou-se realidade, a concretização do Passeio Francisco Sampaio e a dragagem do Portinho de Vila Praia de Âncora já em curso.

Elenquei apenas uma pequena parte daquilo que foi feito. Obras feitas não com a demagogia de um executivo que pretende criar uma ponte, mas sim com um executivo que tem a sensatez de criar várias pontes, pontes com cada uma das Juntas de Freguesia numa parceria fundamental para o desenvolvimento de cada parcela do nosso território!

É claro o investimento público no nosso município, é claro o desenvolvimento que tivemos e continuamos a ter, mas ainda é mais clara a atratividade e a confiança que o nosso município apresenta a quem não é de cá e que se traduz no fortíssimo investimento privado que está a surgir no nosso Concelho. E pergunto: e tudo isso é fruto de quê?

Fruto de um trabalho sério, de um Concelho que se soube reinventar nestes 8 anos, travando o declínio a que vinha a assistir para hoje ser das localidades com mais prestígio e notoriedade do nosso país. Fala-se do nosso Concelho e das nossas gentes em revistas, jornais e televisões, pelas melhores razões possíveis dando visibilidade à nossa terra, mas, infelizmente alguns acham que se trata apenas de mera promoção pessoal, mostrando com essas afirmações, um total desrespeito pelo trabalho feito e principalmente pelo bom nome da nossa terra! Que orgulho ouvir falar do concelho de Caminha, dos seus artesãos, das suas paisagens, dos seus restaurantes, dos seus hotéis, de tudo quanto tem para oferecer a quem cá vive e a quem nos visita!

Ficou claro que apesar da terrível situação pela qual passamos, uma situação para a qual ninguém estava preparado e que veio misturar e redefinir prioridades, mesmo assim, o concelho nunca parou, reagiu, uniu forças, venceu e vai continuar vencedor. Chegamos para fazer mais e melhor, fizemos



## Assembleia Municipal de Caminha

o que ainda não tinha sido feito e agora, apesar do muito feito, queremos fazer muito mais e dar continuidade a um trabalho sério, feito de compromissos e de concretizações.

Espero que os munícipes de Caminha reconheçam isso e no dia 26 de setembro expressem a sua vontade!”

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e começou a sua intervenção por saudar as intervenções daqueles que ali fizeram uma avaliação deste mandato, que acaba por ser uma avaliação dos dois mandatos que este executivo fez. E, a avaliação que o Partido Socialista faz, é uma avaliação que partilha, porque o caminho que tem vindo a fazer este executivo é um caminho partilhado, mas, ficou muito feliz com a avaliação que o PSD e a CDU ali fizeram deste balanço quase que forçados a encontrar algumas coisas que correram menos bem, deve ter sido dos discursos mais complicados que tiveram que fazer, investigando, procurando, diligenciando quais CSI para ver aquilo que poderia ter estado menos bem durante o balanço, e ao ouvir as intervenções ficou satisfeito, porque quando tomaram posse e se lançam a este desafio autárquico, os problemas do Concelho de Caminha estavam essencialmente na questão do desemprego, cerca de 13%, com mais de 1000 desempregados; estava nos problemas de se ter as escolas degradadas, a Escola Secundaria de Caminha estava com muitas dificuldades a perder financiamentos sucessíveis sem projeto para avançar, a escola de Vila Praia de Âncora com dificuldades no edificado, sem capacidade de explicar todas as suas possibilidades através do ensino público que viesse preencher uma lacuna no Vale do Âncora; falava-se na perseguição das pessoas, dos funcionários, da falta de liberdade, da incapacidade das forças políticas que não estavam no poder de se poderem exprimir publicamente ou mesmo ali na Assembleia Municipal, da falta de apoio



## Assembleia Municipal de Caminha

às famílias que passavam necessidades, das associações culturais ou desportivas que eram tratadas de forma desigual, dos processo judiciais que poleavam e acabavam por condicionar o bom nome do Concelho de Caminha, das freguesias que eram tratadas de forma diferente só porque eram de partidos políticos diferentes os seus eleitos, dos fundos disponíveis negativos sucessivamente de milhões que iam sendo perdidos, das faturas que ficavam em gaveta, pela descida do número de turistas, pela falta de prestígio do Concelho de Caminha, pela falta de apoio à cultura, e a verdade é que isso já não está nos balanços da oposição. E, está muito satisfeito, não tem a pretensão de ter resolvidos os problemas todos nestes 8 anos, não o fizeram, ainda existem muitos problemas e alguns daqueles que queriam resolver não foram resolvidos, mas, o essencial daquilo que o executivo quis fazer na estratégia municipal que definiram, e sobretudo naquilo que assumiram perante a população do Concelho de Caminha foi conseguido. E, os Senhores Deputados da oposição fazendo o trabalho que lhe compete, porque não podem estar todos de acordo, isso não faria sentido neste espaço, lançam ali aquilo que do seu ponto de vista não foi bem conseguido, um ou outro apontamento sobre aquilo que ainda não conseguiram fazer, mas, no essencial o Concelho de Caminha está tranquilo, quer continuidade, e, até mesmo os Senhores Deputados porque não o podem dizer, aplaudiam aquilo que foi feito, como aliás referiu ali o Senhor Deputado Carlos Videira ao dizer que não vai falar daquilo que foi bem conseguido, porque senão não conseguia valorizar o seu tempo para poder assinalar os pontos negativos.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse o Senhor Presidente que é um grande desafio do Concelho de Caminha, a questão dos Censos foi apenas uma formalidade que trouxe a evidência que o Concelho de Caminha está a perder habitantes, já tinha perdido no ciclo 2001/2011, volta a perder neste ciclo, como em todo o país e em toda a Europa, e como na generalidade dos municípios mesmo aqueles que são liderados pela capacidade brilhante dos autarcas da CDU, apesar das ideias



## Assembleia Municipal de Caminha

fantásticas que o Senhor Deputado partilha com este executivo, também nesses foi diminuindo o número de habitantes. Mas, no Concelho de Caminha conseguiu-se, e não acontece no Alto Minho, como no contexto do Norte, aumentar o número de agregados familiares no Concelho de 1,9%, aumentar o número de alojamentos em 2,9%, aumentar o número de edificados em 3,1%, e a maior parte dos Concelhos do Alto Minho não consegue fazer esta tripla em subida, e por isso, existe alguma coisa que já está a acontecer no Concelho de Caminha. E, como sabem uma comunidade, sociedade é em termos estratégicos de fundo como um porta aviões, o executivo não consegue tomar uma medida que faça o porta aviões guinar para bombordo ou para estibordo, quando se toma uma medida e se muda a direção o porta aviões, lentamente vai mudando essa direção, e por isso, vai ter que se esperar para aquilo que é essencial, para que se tenha a capacidade de manter as famílias no Concelho e atrair novas famílias tenha o seu efeito no conjunto do Concelho de Caminha, e como sabem isso não é feito com cheques dados à natalidade, aliás, essa política que foi feita no passado tem efeitos perversos, porque transforma aquilo que é um incentivo do momento a possibilidade de ter um filho e receber 500€, num problema posterior de gestão familiar e económica desses filhos ao longo das vida. E, aquilo que se deve fazer, é fazer políticas claras, abertas e muito dinâmicas á volta da questão do emprego, da educação, do apoio ás famílias e da valorização do espaço público. As pessoas escolhem viver em determinada localidade, porque tem o seu emprego perto, porque tem boas escolas para os seus filhos, para aqueles que desejarem ter filhos, porque tem serviços públicos capazes, acesso à habitação e um espaço público em que se sentem á vontade, desde bosques para percorrer, praias para usufruir, e um espaço público que lhe permita chegar à cultura e ao desporto, e esse trabalho tem vindo a ser realizado, e não existem criticas substantivas nessa matéria, e por isso Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro existe um trabalho ali a fazer e existe um contexto muito particular do Concelho de Caminha nestes números provisórios, e de acordo com aquilo que foi elencado pelo grupo que



## Assembleia Municipal de Caminha

esteve a fazer os Censos, 48,8% das casas do Concelho são residência secundária, e 44,5% são residência habitual, o que quer dizer que a maior parte das casas do Concelho não são residência habitual das famílias que lá habitam, nem que seja temporariamente, e isso é um contexto específico do Concelho, que se deve saber, entender e potenciar, no entanto, deixa ali uma nota para o futuro que tem a ver com implementação de estratégias de habitação, com a captação de jovens ou até de nómadas digitais, porque existe uma percentagem no meio em que não são residência secundária, nem habitual, o que quer dizer que no Concelho de Caminha existe mais de mil habitações que não são sequer residência secundária ou de férias que estão desocupadas a maior parte do tempo, e por isso, tem que se olhar para esta matéria e continuar o trabalho que se tem vindo a fazer. Na Escola Secundária de Caminha, a Escola Básica do Vale do Âncora, e vão-se ter estruturas como a Academia Fernandes Fão, apostar-se no ensino básico, e embora ainda não estejam encerrados o número de inscritos no pré escolar e ensino básico no Concelho de Caminha, este ano letivo já se tem mais 55 alunos inscritos do que se teve no ano passado, e estas são boas notícias, não são as notícias que resolvem tudo, mas, existe um caminho que está a ser percorrido e o porta aviões lentamente irá virar. Não sabe se se está preparado como o país ou até a europa, para se poder recuperar de um momento para outro aquilo que tem a ver com a taxa de natalidade no confronto do número de falecimento que vão acontecendo, mas o trabalho de captação vai sendo feito, foi feito com a aposta económica no turismo e será feito num futuro próximo como tem avançado na aposta da diversificação económica, na criação de emprego através do cluster automóvel, e na criação de uma área empresarial no Concelho de Caminha, através de um investimento privado que vai trazer outro tipo de emprego, e não aconteceu, porquê? Não, por uma opção estratégica, mas, apenas porque o Concelho de Caminha não tem terrenos, não tinha dinheiro para os comprar, não tinha autorização para contrair empréstimos, e agora tem um parceiro que



## Assembleia Municipal de Caminha

é uma empresa privada que trabalhará com o Banco de Fomento para se poder ter este investimento no Concelho de Caminha.

O mesmo dirá à maior parte das questões colocadas pelo Senhor Deputado Carlos Videira, dando nota do sublinhado que fez a propósito das propostas políticas do PS, do balanço positivo que ali deixou, e da assunção de que o diálogo existe no Concelho de Caminha. Quanto aos encontros que o executivo tem com o Município de A Guarda, esse estudo é um estudo que já estava pedido à muito pelos dois municípios, tratasse de um estudo de avaliação sobre aquilo que querem fazer á passagem no Rio Minho, que deve ponderar sobre quanto custa fazer ou adquirir determinados equipamentos, sobre quantos anos eles duram e se vale a pena o investimento, e esse estudo é feito pela Deputación de Pontevedra e irá estar terminado no final de este ano.

Para terminar disse o Senhor Presidente ao Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro que a ecovia da marginal, tratar-se de uma obra importante que o executivo reporta como importante, e por isso estão a fazer, não é das outras obras que por falta de tempo não pôde ali mencionar, porém, a ecovia não tem problema nenhum com o Cais; irá haver um rebaixamento do piso, como está planeado, e não está feito porque é de outro tipo de betão que tem de ser reforçado, porque ali passarão veículos, e aquilo que se passa com a ecovia, infelizmente é aquilo que se passa com muitas outras obras, anda mais devagar daquilo que gostavam, e aquilo que faz é que quando passa lá durante o dia e não vê ninguém a trabalhar telefona ao Senhor Vereador Rui Lages e o Senhor Vereador telefona ao empreiteiro que dá uma desculpa que depois lhe transmite, e dito isto, respira fundo e no dia seguinte tenta encontrar uma solução, e aquilo que lhe pode dizer é que se vai acabar com aquele canal que estava cheio de buracos e imperfeições e de risco para as pessoas, porque a divisória que existia entre a estrada e o canal tinha blocos de cimento que não estavam presos aos chão, e qualquer choque que ali acontecesse podia colocar a vida e segurança de quem ali anda.



## Assembleia Municipal de Caminha

Por ultimo uma palavra para o Senhor Presidente da Freguesia de Âncora, Antonio Brás, para o Senhor Presidente da Freguesia de Seixas, Rui Ramalhosa e para a Senhora Presidente de Freguesia de Lanhelas, Josefina Covinha com quem teve o prazer de trabalhar, e que ali foram dar testemunho sobre o seu trabalho, e por isso agradece-lhes tudo que fizeram e que farão na sua participação cívica pelas freguesias que presidem. Agradece o empenho a exigência que tiveram, porque a exigência dos Senhores Presidentes de Junta fazem com que a Câmara Municipal também trabalhe melhor, agradece a lealdade e a forma como trabalharam, e agradece a forma como enfrentaram os momentos mais difíceis da atividade política que passaram pelo afastamento da famílias, pelas criticas injustas, pela exposição pública que hoje existe através das redes sociais, e termina a desejar-lhes as maiores felicidades nas suas vidas pessoais e na vida cívica que continuarão.

O Senhor Presidente transmite aos Presidentes de Junta da Freguesia de Dem, Clemente Pires, uma palavra de agradecimento pessoal, pela capacidade que tiveram juntos de fazer mais por Dem, e julga que as suas diferenças políticas se elas interessaram durante estes 4 anos, foram colocadas em décimo plano, e por isso agradece o trabalho que fizeram juntos pela população e o empenho que sempre colocou na exigência pelos seus fregueses. Saúda também o Senhor Presidente da Freguesia de Vile, José Luis, pelo término das suas funções. Deixa uma outra palavra para mais tarde para um Senhor Presidente da Mesa que os deixará, mas, refere que a sua disponibilidade para encontrar soluções é sempre a mesma, umas vezes existem discussões mais acesas, outras com mais bonomia, e julga que durante estes anos se têm vindo a conhecer, e a sua expectativa é que possam reforçar estas relações e encontrarem soluções, fazendo algo que é importante na politica sobretudo para os Senhores Deputados do PSD e CDU é não se estar a debater sempre os mesmos temas, e a boa noticia deste balanço de hoje é que não se está a debater temas de balanços de há 4 anos e muito menos de há 8 anos, estão a debater outras questões que precisam de grande



## Assembleia Municipal de Caminha

empenhamento e soluções e estará ali a dar o seu melhor hoje e sempre para poder fazer do Concelho de Caminha um bom Concelho para se viver, para estudar e para se poder dizer que este é o nosso Concelho e de muitos outros. Muito obrigada.

O **Senhor Presidente da Mesa**, propôs o período de réplica.

O **Senhor Deputado Carlos Videira**, disse que o trabalho que fez não foi com base no CSI, foi com base em fontes muito mais simples de aceder que são o INE e o PORDATA. Julga, que a oposição tem que fazer um exercício que seja razoável, e não é daqueles que pensa que o Concelho está pior do que em 2013 em tudo, existem coisas em que está melhor e outras em que está pior, e da mesma maneira que não é daqueles que em 2013 o Concelho estava pior do que em 2001, é da natureza das coisas, os anos vão passando, as coisas vão evoluindo, umas no sentido mais positivo, reconhecem, e outras no sentido mais negativo. E, julga que se deve ter cuidado com as comparações, porque hoje falam do baixo nível de desemprego no Concelho de Caminha, está abaixo da média nacional está com 4,1% de desemprego, enquanto que a nível nacional está com uma taxa de 5,8%, mas, falaram ali também da taxa de desemprego em 2013 que era de 13% e aquilo que refere o INE é que a taxa de desemprego a nível nacional em 2013 era de 16,2%, uma diferença relativa, bastante superior àquela que se regista neste momento. E, acha muito positivo que se fale menos de herança e é daqueles que acredita que a herança foi entregue nas nossas mãos e não nós nas mãos do nosso passado, mas, aquilo que vêm de facto e não escamoteando que existem coisas positivas, é aquilo que vêm nos exercícios que fazem como o Jornal de Notícias, ou, a PORDATA quando apresentam indicadores chaves dos Concelhos, e uma breve pesquisa dá para se perceber algumas coisas, que o Concelho de Caminha em conjunto com mais 8 autarquias, que é a autarquia que taxa no valor máximo o IMI, que tem um poder de compra 21% menor que a nível nacional, que se tem a



## Assembleia Municipal de Caminha

população qualificada, com ensino superior no Concelho em apenas 9,2%, que se tem um industria residual nos 8%, que se tem nos serviços resíduas nos 6%, e isto indo ao encontro dos Censos que fala é uma bola de neve, menos população, menos serviços; menos serviços menos população e tem-se o Concelho do Alto Minho que cobra mais impostos aos seus cidadãos, e por isso, não haja duvidas sobre aquilo que é a sua visão sobre aquilo que é o Concelho de Caminha hoje em dia, sem duvida que existe trabalho feito e que se deve reconhecer, mas, sem duvida que ainda existe muito para fazer e os partidos neste momento estão na sua fase de apresentação de propostas e certamente que confiam no veredito de todos os cidadãos.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que nunca percebeu esta constante abordagem do Senhor Presidente aos Municípios liderados pela CDU. Mais disse que sabe que o Sr. Presidente da Câmara reconhece o trabalho de excelência que a CDU faz em todas as autarquias, sejam elas municipais ou de freguesia, agora não entende é que esbarre sempre na comparação quando há incapacidade do executivo camarário de Concelho de Caminha, particularmente na comparação de pequenos exercícos que podem às vezes não corresponder num Município liderado pela CDU. “Isso é estranho”, disse, e as vezes até faz comparações que não fazem muito sentido. Recordou, por exemplo, a questão da água que tantas vezes ali o Sr. Presidente da Câmara citou, reportando-se a Municípios da CDU que também constituíram algumas empresas, mas, em nenhuma delas encontra a constituição de uma empresa para gerir a água em baixa; encontra, sim, para gerir a água em alta. A CDU calou-se quanto a esta matéria na Assembleia, porque não valia a pena continuar com essa discordância ao seu exercício político. A bem do exercício político democrático vai, contudo, o Sr. Presidente da Câmara, buscar sempre ali uma tábua de salvação para tentar chegar aos defeitos que eles, na verdade, não encontram na CDU.



## Assembleia Municipal de Caminha

Dizer ainda que ter chamado ali o CSI foi um pouco estranho, porque normalmente o CSI parte de um princípio errado, é sinal que alguma coisa de mal aconteceu, mas, a CDU não procura o mal, procuram o bom e encontrando o bom salientam aquilo que para a CDU esteve ainda melhor dentro desse bom, mas, é importante não esquecer aquilo que os separou e separa, e o Senhor Presidente sabe disso, e nem é preciso fazer uma pesquisa no PORDATA , ou no CENSOS, para encontrar questões de fundo que os afastam. E lembra que, no primeiro mandato, era de grande importância a questão do Estatuto de Direito de Oposição. Mas a verdade é que nunca mais esta Assembleia apreciou um relatório do Estatuto de Direito de Oposição, e para isto basta um exercício de memória, um exercício simples conseguido pela experiência. E, dizer ainda que para a CDU é muito mais importante ainda a questão que se prende com o próprio exercício desta Assembleia Municipal, o que cada um do seu membros representa; o que cada um dos seus membros tem a obrigação de fazer; e aquilo que a CDU combate, e o Senhor Presidente da Câmara e da Assembleia Municipal terão que reconhecer que sempre foi essa a sua luta. Sempre lutaram dentro desta Assembleia, para que esta Assembleia tivesse um distanciamento, cordial, institucional, mas, que favorecesse a sua independência do órgão Câmara Municipal de Caminha. E na verdade, isso nem sempre foi verificado e essa é uma magoa que sempre a conservarão para o futuro, mas, dizer que não guarda magoas de ninguém em particular, e aproveita o momento para saudar aqueles que os vão deixar, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que lhe guarda estima e consideração pessoal e política. Tiveram as sua diferenças, alguns desentendimentos que sabe que no fundo não passaram de momentos. E, aos Presidentes de Junta grandes felicitações. É evidente que o vosso trabalho, aos olhos da CDU, é o mais importante, no sentido que são o primeiro embate com as populações, são aqueles que enfrentam a dureza do dia a dia com a população, em proximidade, logo, é um exercício muito importante e é o primeiro exercício da democracia representativa, e, por isso, diga este



## Assembleia Municipal de Caminha

reconhecimento àqueles que os vão deixar definitivamente, no final deste mandato, ou melhor, que não regressarão no próximo mandato.

Muito obrigado.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que estão a fazer o balanço deste segundo mandato, que acaba por ser um balanço dos últimos 8 anos, e estão ali num ambiente que lhes permite dirimir estas diferenças, mas, sabem que as coisas estão melhores, tranquilas e isto é que os transporta para este dialogo, e isso passa para a comunidade que acaba por apreciar. Mas, também não estava á espera que fossem ali elogiar o trabalho da Câmara, apesar de terem salientado aquilo que foi bem feito, uns de forma mais clara, outros de forma menos clara, do tipo, não vou falar aquilo que foi bem feito, mas, hoje existe uma perceção pública no Concelho de Caminha, mesmo aqueles que no seu voto decidem não apoiar o projeto politico da maioria atual, a perceção de que foi feito um bom trabalho, e que se vai caminhando para um futuro melhor, como aliás este debate é prova disso.

Disse o Senhor Presidente ao Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, que quando se refere há governação da CDU, refere-se com todo o respeito e admiração, e já teve o privilégio de trabalhar em Lisboa quando assessorava o Senhor Presidente da Câmara, com um comunista de eleição que era Vereador, e era bem mais que um Vereador de oposição e contradição, era um homem que participava nas decisões que era o Ruben de Carvalho, que já faleceu, foi uma das referências da Festa do Avante, um homem de excelência, de uma cultura incrível e de uma intuição politica fantástica, e tem muito respeito por muitos autarcas da CDU. E, aquilo que é importante dizer perante os Caminhenses, é que tirando as experiencias e o bom trabalho que vai sendo feito em Vilar de Mouros, têm dificuldades, nunca ouvem o Senhor Deputado e podem ter a tentação de pensar que em algumas matérias poderá ser melhor o petisco politico que o Senhor Deputado lhes vende, porque nunca o comeram, porque em outros sítios que já provaram esse petisco no mínimo sabe igual e



## Assembleia Municipal de Caminha

para outros não sabe tão bem, e é por isso que coloca ali os exemplos da governação da CDU, porque também nela existem muitas destas imperfeições que o Senhor Deputado, e bem aponta ao atual executivo.

Relativamente ao Senhor Deputado Carlos Videira, disse o Senhor Presidente, que tem apreço pessoal por ele, e julga que as suas intervenções se distinguem da generalidade do que eram as intervenções da sua bancada, e nestes últimos meses com as suas intervenções a Assembleia Municipal beneficiou dessa qualidade e diferente forma de fazer política. Mas, ele também tem estatísticas, e também foi procurar, e estão nos indicadores estatísticos de caracterização da Região Norte, que são publicados no site da CCDRN e no INE na parte do desemprego, e aquilo que dizem é que fazem comparações, e em 2013 o saldo migratório no Concelho de Caminha foi de menos 36 pessoas, e em 2019 e este é último ano que se tem conhecido já foi positivo de 107 pessoas, desde 2017 ( o tal porta aviões) tem vindo a ser um saldo positivo no Concelho de Caminha, o desemprego de acordo com as estatísticas do INE em dezembro de 2013 indicavam 1007 desempregados, e com os mesmos critérios indicam em 2019 antes da pré-pandemia 331 desempregados, neste momento está neste nível são á volta de 336 ou 339 desempregados, e portanto, com os mesmos critérios está-se a falar em uma diminuição no Concelho de 67,1% do número de desempregados; em 2013 tinha-se 3968 pessoas na população ativa de industria transformadora, comércio e serviços sem ser o setor primário, neste momento e ao contrario da ideia que existe que não trabalha muita gente no Concelho de Caminha, mas, há muita gente que trabalha no Concelho de Caminha e a população ativa no Concelho de Caminha aumentou desde 2013, 12,9%, existem mais 514 pessoas a trabalhar no Concelho de Caminha do que havia em 2013 quando este executivo tomou posse, o pessoal no comercio por grosso a retalho subiu de 2013 a 2019, 17,5%; o número de beneficiários do rendimento social de inserção, pessoas que tinham dificuldades comprovadas e recebiam o RSI de 2013 a 2019 desceu 48,7%, o valor do número de negócios do Concelho de



## Assembleia Municipal de Caminha

Caminha aumentou 50 milhões de euros, uma subida de 2013 a 2018 últimos números conhecidos, e o número de hóspedes em 2019 foi de 64 mil, de dormidas 112 mil e os proveitos 4,5 milhões de euros, o que quer dizer que o número de hóspedes relativamente a 2013 cresceu 178% e o número de proveitos cresceu 200%, estes números como os números do Senhor Deputado retratam uma realidade, não toda, mas, sim um ponto de vista, que os faz estar satisfeitos com a aposta que fizeram estes anos numa industria que cria emprego que é a industria do turismo, que é uma das mais importantes no País e de todo o mundo, é a segunda industria mais importante em todo o mundo. E, aquilo que executivo acha é que tem que diversificar este emprego, tem que se dar as oportunidades aos engenheiros, operários, para quem trabalha num setor mais industrializado, na industrialização, num setor mais manufaturado para poderem ter o seu emprego no Concelho de Caminha, e o Presidente da Câmara não descobriu isto hoje, nem depois das intervenções, sabe que é importante, mas, o executivo tinha que agir rápido com esta zona industrial desde o Forte do Cão em Âncora até à beirada do Rio em Lanhelas, passando pela Serra D'Arga e todas as freguesias do interior, apostando na industria do turismo. Agora, sim, existem condições para se poder avançar para um parque industrial que traga um cluster da investigação ligada á indústria automóvel, criando outro tipo de emprego. E, se tudo correr bem, aquilo que vai acontecer é um investimento em 12 hectares entre Argela e Vilar de Mouros, um investimento através de um fundo de capitalização internacional que pode ir até aos 80 milhões de euros, que criará infraestrutura em toda aquela zona de implantação industrial de acordo com o PDM, e que vai permitir capitalizar um conjunto de empregos associados à industria automóvel, e isto quer dizer que hoje muitos que saem do Concelho de Caminha, poderão continuar a trabalhar no Concelho de Caminha nestas industrias, e também quer dizer que outros que não são do Concelho de Caminha venham trabalhar para o Concelho de Caminha estando nos Concelhos limítrofes, e também quer dizer que muitos que não são de cá, que



## Assembleia Municipal de Caminha

nunca estiveram cá e provavelmente que não tem a nacionalidade portuguesa, poderão vir trabalhar e viver para o Concelho de Caminha, dando sequência aquela que foi a preocupação ali explanada pela CDU, por isso, todos tem que saber que isto é um movimento e que novas questões se vão colocar, que aquele que é o objetivo da Câmara Municipal, é o objetivo de todos embora por caminhos diferentes, trazer mais desenvolvimento, potenciar mais emprego, fazer com que as pessoas venham para o Concelho, criar mais economia com as pessoas que vem para o Concelho, criar mais turismo e qualificar esse turismo, e é isso que o executivo vai tentar fazer nos próximos anos e assim os deixem para poderem ter daqui a quatro anos mais uma avaliação positiva quer da parte do PS que agradece, quer da parte dos Senhores Deputados da oposição que não escondem a palmadinha nas costas de que as coisas até estão a correr bem.

Muito obrigado.

### **3.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo**

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, pediu ao Senhor Presidente da Câmara que desse mais alguma nota, para além do que ali vem escrito quanto às visitas de acompanhamento á dragagem do Portinho de Vila Praia de Âncora e consolidação da Duna dos Caldeirões, e fazer esta pergunta, porque se trata de uma obra cujo o acompanhamento lhes parece ser devido e importante, porque tem uma experiência do passado bastante negativa em torno deste processo. E a CDU gostaria que fosse um pouco mais além daquilo que aparece na informação 17, e tem a ver com a visita do Senhor Ministro do Mar, até porque nesta visita se inscrevem algumas medidas que a CDU



## Assembleia Municipal de Caminha

defendeu, e defendeu junto dos próprios pescadores, e até encontrou neles acolhimento, mas não da forma que ali está, que dá apenas esta garantia de desassoreamento até 2022. A CDU defende em termos políticos um plano muito mais abrangente, capaz de dotar o Estado de um sistema público que pudesse fazer esse tipo de dragagens nos vários portos, porque assim havia a certeza absoluta que os diferentes portos do País que tem este problema, e no Norte existem estes três que estão citados, mas há mais pelo país, que precisavam de ter uma manutenção muito mais contínua no tempo. Passando para o sistema privado a assegurar este tipo de matéria, já sabem que aquilo que está assegurado hoje até 2022, pode depois não estar assegurado, e provavelmente este estudo que levará a uma retificação daquilo que aconteceu no Portinho, poderá não acontecer até essa altura, e em 2022 provavelmente se estará com o mesmo problema, e aqui estamos bastante preocupados com a questão dos pescadores, do assoreamento e do desenvolvimento do setor da pesca. Apenas essa informação, se pudesse dizer um pouco mais sobre a visita que realizou em termos de acompanhamento da dragagem do Portinho e da consolidação da Duna dos Caldeirões.

Muito obrigado.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que neste momento está a decorrer uma obra de dragagem em diversas zonas do Portinho de Vila Praia de Âncora, a maior parte da dragagem de areia já foi feita nos vários locais, e tratasse da maior dragagem realizada alguma vez no Portinho de Vila Praia de Âncora. Tratasse de um volume de areia bastante grande e foi aprovado um segundo reforço pela necessidade que houve de acautelar, porque a batimetria dava um valor quando se iniciou e depois dava outro valor para se poder chegar a uma determinada profundidade. Existem zonas do Portinho aonde se está a escavar até 4 metros, porque havia volumes de areia bastante elevados. Disse ainda o Senhor Presidente que esta dragagem não acontece por si só, ou seja, ao contrário do contrato plurianual de dragagem



## Assembleia Municipal de Caminha

que foi ali assinado pelo Senhor Ministro, esta dragagem acontece porque há uma obra de consolidação da Duna que precisa de areia, e criou-se a oportunidade de dragar essa areia e foi através da areia que tinha que sair do Portinho de Vila Praia de Âncora. E, a obra está a decorrer com toda a normalidade e até melhor do que era espectável, e em primeiro lugar a areia que está no Portinho não é uma areia que apresenta qualquer tipo de contaminação, apresenta uma cor escurecida porque a areia que está enterrada em dois, três ou quatro metros durante anos escurece e depois de dois ou três dias de estar ao ar clareia, e essa avaliação foi realizada antes do projeto em 2018, e também foi realizada agora em alguns pontos do Portinho e não apresenta areia de nível máximo de qualidade.

Aquilo que está a acontecer é uma obra de bioengenharia na Duna dos Caldeirões, que elimina o enrocamento típico deste tipo de obras, tenta consolidar naturalmente aquela duna criando níveis de geocilindros que são chouriços enchidos com a areia que é retirada do Portinho, e assim vai criando a duna como todos a conheciam e vai consolidando o curso do rio mais a montante. Mas, esta dragagem vai terminar e o problema do Portinho vai continuar, e por isso o executivo quis garantir que o Portinho fosse visto com olhos de ver, porque há um problema evidente hoje, o Portinho tem menos condições de navegabilidade e de segurança para os pescadores do que tinha quando se fez esta obra de milhões, e o Senhor Deputado tem toda a razão, e a primeira razão é que não se ouviu os pescadores como se deveria ter ouvido, não que eles saibam tudo, ou que possam ter as soluções, mas, sabem muitas coisas e tem muitas soluções, ora isso é reconhecido pelo Estado neste momento, porque aquilo que a Direção Geral dos Recursos Marítimos, foi ali dizer a Vila Praia de Âncora é que assume o erro existente e assumiu fazer o estudo de viabilização de alguma obra que permita que a saída de inertes possa ser feita de outra maneira, não acabando exatamente com o problema de assoreamento do Portinho, mas, diminuindo muito o seu impacto, esse



## Assembleia Municipal de Caminha

compromisso existe, e em 2022 haverá o estudo e depois haverá o desafio para se encontrar financiamento para se fazer a obra que o estudo irá propor.

E, entretanto existe outra noticia em cima desta é que enquanto o estudo é realizado continua haver assoreamento, e aquilo que foi garantido da parte do Estado é que as operações de limpeza dos inertes no Portinho continuarão em 2022 e 2023, e em abono da verdade em 2022 de forma mais subtil porque está a acontecer agora a dragagem maior, mas, em 2023 já de manutenção daquela dragagem. Esta não é uma solução para Vila Praia de Âncora, mas, para os portos de Vila Praia de Âncora, Esposende, Povia de Varzim e Vila do Conde, é aquilo que neste momento está salvaguardado é a existência da obra, que está a acontecer com algum impacto paisagístico para Vila Praia de Âncora, mas, tinha que acontecer nesta altura, porque só é possível se fazer no Verão, seria impossível uma draga trabalhar junto do Portinho e até mesmo as máquinas que estão na praia não conseguiam trabalhar, vai terminar dentro do prazo, em outubro já estará a obra pronta e consolidada, e haverá até 2023 a garantia de que estas dragagens acontecerão.

Termina a dizer ao Senhor Deputado que estarão ali, e vão ter que fazer todos juntos um combate que de algum modo só está ganho no papel, os acordos estão assinados, está tudo assumido por parte do Governo de Portugal, mas, vão ter que estar atentos para que o estudo aconteça em 2022, para que se encontre financiamento para se fazer a obra que o Portinho merece e se poder garantir as dragagens em 2023, e garanti-las para o futuro, porque mesmo com as obras que demorarão haverá sempre necessidade de dragagens no Portinho de Vila Praia de Âncora.

E, uma nota importante que o Senhor Presidente disse é que a Associação de Pescadores Profissionais e Desportivos acompanhou sempre esta obra, desde a sua projeção até à sua execução. E, ainda há cerca de uma semana e meia chamou quatro representantes da NOCIARTES que para com ele perante as duvidas que existiam e com os dois empreiteiros, o da dragagem e o da consolidação da duna, poderem garantir que tudo está a decorrer de acordo



## Assembleia Municipal de Caminha

com as regras, e salvaguardar aquela que é uma intervenção que visa preservar sobretudo aquilo que é a biodiversidade e consolidação da duna, e se os Senhores Deputados entenderem fazer uma visita, podem agendar e fazer essa visita mesmo neste período, não é necessário se colocar no Facebook para se ir lá.

### b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 25 de junho 2021

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão ordinária de 25 de junho 2021**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 08 abstenções, as quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

### c) – Estratégia Local de Habitação do Município de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezanove de julho de dois mil e vinte e um, relativa à “**Estratégia Local de Habitação do Município de Caminha**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea h) do n.º 1 do art.º 25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os planos e demais instrumentos estratégicos necessários à prossecução das atribuições do



## Assembleia Municipal de Caminha

município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “Estratégia Local de Habitação do Município de Caminha”.

O **Senhor Deputado Carlos Videira**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“Gostaria de começar por saudar a iniciativa de criação de uma Estratégia Local de Habitação do Município de Caminha. A apresentação prévia, por parte dos municípios, de uma Estratégia Local de Habitação é obrigatória para a atribuição de apoios a conceder ao abrigo do 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, que visa a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada.

Portanto, é com satisfação que lemos as palavras do vereador Rui Lages, a quem foi atribuída a coordenação desta tarefa, quando refere que se trata de um “documento estratégico, não estanque, que identifica os problemas e indica os caminhos a seguir para os erradicar”. Dessa forma, estamos certos que todos os contributos são bem-vindos e serão tidos em conta no planeamento e na execução da referida Estratégia.

Dessa forma, o Partido Social Democrata pretende juntar-se a este exercício, com espírito de colaboração, reconhecendo o carácter estruturante da iniciativa, na convicção de que a sua condição de maior partido da oposição no Concelho de Caminha não será minorizada no debate sobre o mérito das propostas concretas e na incorporação das sugestões que mereçam consenso no documento em apreciação.

O documento assume como prioridade a identificação de situações de carência habitacional existentes no Concelho, procurando garantir uma resposta habitacional às famílias carenciadas e pessoas especialmente vulneráveis.



## Assembleia Municipal de Caminha

Seria, por isso útil, que o documento agora apresentado incluísse uma análise SWOT com a identificação das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças no setor da habitação no Concelho de Caminha.

No entanto, é natural que tal exercício se tenha afigurado de difícil concretização na medida em que o Diagnóstico Social da Rede Social de Caminha a que se recorreu para a realização do retrato social e habitacional do Concelho de Caminha data de 2013, sendo que o próprio documento reconhece que alguma da informação já se encontra desajustada da realidade.

O Diagnóstico Social deve ser um instrumento dinâmico sujeito a atualização periódica, resultante da participação dos diferentes parceiros, que permite o conhecimento e a compreensão da realidade social através da identificação das necessidades locais, da deteção dos problemas sociais prioritários e da respetiva causalidade, bem como dos recursos, potencialidades e constrangimentos. De referir que os processos analisados no âmbito desse mesmo Diagnóstico datam de 2010/2011, ou seja, têm mais de uma década.

Nessa medida, e oito anos volvidos, é imperioso que, findo o atual processo eleitoral, a Rede Social e o Conselho Local de Ação Social de Caminha sejam chamados a rever este Diagnóstico para que possa servir de base à atuação do Município em matéria social no próximo mandato autárquico.

O próprio Plano de Emergência Social, em vigor desde 2016, deve ser revisto, no sentido de considerar outro tipo de apoios, incluindo, por exemplo, a internet no leque de despesas domésticas, dado o seu papel fundamental na garantia de sucesso escolar dos alunos e na compatibilização com as funções exercidas em teletrabalho por parte dos adultos, sempre que necessário.

Mas voltando ao diagnóstico, consideramos que o mesmo deve ser revisto, nomeadamente no levantamento das habitações sociais e no que toca às considerações sobre os bairros, sobretudo no que diz respeito à caracterização que é feita do Bairro dos Pescadores em Vila Praia de Âncora que carece de maior conservação do que aquela que é sugerida no documento, dada a necessidade de intervenções urgentes que algumas daquelas casas requerem.



## Assembleia Municipal de Caminha

A Estratégia Local de Habitação enuncia também uma preocupação com o desenvolvimento de soluções habitacionais diversificadas e sustentáveis, ainda que a mesma não seja desenvolvida ao longo do documento. De facto, não podemos continuar a recorrer às mesmas soluções do passado. É imperativo inovar em todo o setor, desde a construção até ao modelo de compra e arrendamento. É fundamental dar um salto qualitativo e quantitativo de forma a conseguirmos assegurar habitação condigna a todos os munícipes.

Ao longo dos últimos anos temos assistido a um surgimento crescente de novas empresas focadas no desenvolvimento de soluções disruptivas e de grande potencial nesta área.

Construções com recurso a impressoras 3D, casas modulares ou pré-fabricadas, estruturas LSF baseadas em aço, mais leves, mais rápidas e mais económicas, são apenas alguns exemplos dos novos processos de construção, capazes de reduzir, substancialmente, o custo final da obra e os custos operacionais, diminuir o tempo de construção, aumentar a eficiência e os padrões de sustentabilidade e potenciar uma maior maleabilidade na sua utilização.

Durante muitas décadas, olhámos para a habitação como algo fisicamente estanque. Felizmente, hoje em dia, percebemos que não tem que ser assim. A casa pode crescer e adaptar-se à medida que a família evolui e as necessidades mudam. Graças às novas tecnologias e a toda uma nova panóplia de novos materiais, um andar pode transformar-se em dois, uma habitação T2 pode transformar-se numa habitação T4, uma varanda pode transformar-se num jardim, entre outras possibilidades.

Existe todo um mar de novas oportunidades que devemos ser capazes de aproveitar e capitalizar, colocando-as ao dispor da nossa comunidade. De igual forma, estas alterações deverão ser acompanhadas por mudanças políticas e administrativas. O PDM não pode ser algo tão estanque, devendo ser desenvolvidos esforços no sentido de criar mecanismos de democracia participativa e processos de revisão mais frequentes. Os modelos de



## Assembleia Municipal de Caminha

financiamento devem ser adaptados em função dos estilos de vida cada vez mais móveis e voláteis das populações e de acordo com o tipo de investimentos previstos, valorizando processos sustentáveis e de reduzida pegada. Estes são apenas alguns exemplos de alterações que devem ser levadas a cabo e consideradas numa verdadeira Estratégia Local de Habitação, onde as autarquias terão um papel central a desempenhar, seja através da sua ação como entidades adjudicantes, seja através dos apoios atribuídos, nomeadamente através de programas como o CaminHabita, seja na regulamentação urbana que é da sua competência.

Por isso, consideramos também que esta Estratégia Local pode e deve ter um âmbito mais abrangente para incluir matérias que vão para além das situações que necessitam de resposta imediata, não se esgotando na candidatura ao 1.º Direito ou a outras fontes de financiamento.

Como referido no Portal da Habitação, a Estratégia Local de Habitação deve “projetar um ‘futuro desejado’: construir uma imagem partilhada pelos vários atores do que se pretende alcançar, expressa em objetivos e metas quantitativas, que incentive o foco nos resultados e facilite o trabalho em equipa e a coresponsabilização”.

Assim, no nosso entendimento, também é necessário implementar medidas para dar resposta à dificuldade de fixar jovens e fixar população, sobretudo nas freguesias rurais do nosso Concelho, visto que, quanto mais se avança para o interior, maior vai sendo a prevalência de freguesias com baixa densidade populacional, acompanhada por uma tendência de envelhecimento semelhante.

A atração e fixação de pessoas para o nosso Concelho tem que ser uma prioridade para qualquer Executivo deste município. De acordo com os números provisórios do CENSOS 2021, divulgados no passado mês de julho, todos os Concelhos do Alto Minho perderam população, acentuando-se a litoralização da população no distrito e em todo o país. Caminha tem agora 15 828 habitantes, menos 5,3% do que em 2011.



## Assembleia Municipal de Caminha

O próprio documento que hoje nos é apresentado refere ainda que a tendência de envelhecimento é ainda mais acentuada no Concelho de Caminha, com o índice a atingir os 235,8 em 2019 (ou seja, por cada 100 jovens, existem 235,8 idosos), enquanto que em Portugal e na região Norte este índice encontra-se na casa dos 165,0. A taxa bruta de natalidade em Caminha é de 7,3, inferior à verificada em Portugal (8,4) e na região Norte (7,6). Assim, constata-se que o número de nascimentos no Concelho de Caminha não supera o número de óbitos, existindo tendencialmente um desfasamento cada vez maior. Números que, apesar de tudo, são amenizados pelo aumento significativo da imigração, mas que não é suficiente para inverter a tendência negativa que urge combater.

O Concelho de Caminha apresenta ainda a particularidade de ter um maior número de residências secundárias (48,8%) do que de residências habituais (44,5%).

Nessa medida, o teletrabalho constitui uma oportunidade para fixar população mais jovem e mais qualificada no nosso Concelho. De acordo com o documento, apenas 9,8% da população residente apresenta qualificações superiores, um valor inferior à média nacional, regional e sub-regional. Sabemos hoje que os tipos de empregos que são teletrabalháveis são os mais high skilled e bem pagos. O êxodo desta população pode ter um papel essencial no combate à desertificação, na garantia de uma maior coesão territorial e dinamização económica, bem como na captação de receitas fiscais pelo próprio Município.

Nessa medida, é tão relevante a reabilitação do edificado para dar resposta a casos de comprovada carência habitacional, de acordo com os critérios definidos pelo Governo para acesso ao 1º Direito, como a criação de uma estratégia para aumentar a percentagem de habitações que correspondam a residência principal por parte das famílias, como é necessário sinalizar a necessidade de reforço do parque edificado para fins residenciais nas freguesias rurais do Concelho, atribuindo benefícios tributários e incentivos



## Assembleia Municipal de Caminha

urbanísticos, como a redução da taxa de IMI em função do arrendamento para habitação permanente, do número de dependentes em cada habitação própria ou das operações de reabilitação urbana de combate à desertificação.

Se o objetivo passa, efetivamente, por fazer desta Estratégia um processo aberto, participado e dinâmico, como se descreve no documento, deverá o Executivo Municipal, seja ele qual for, estar disponível para acolher ou, pelo menos, debater estas propostas no sentido de lhe conferir maior solidez e, por consequência, maior eficácia numa matéria tão importante para o desenvolvimento do nosso Concelho.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que é uma urgência que haja uma estratégia definida nesta matéria e julga que é reconhecido por todos. E todos sabem que não existe fixação de população se não houver uma habitação condigna. É também um princípio constitucional garantir uma habitação condigna a toda a população. E dizer que o documento apresentado com cerca de 130 páginas, em que 100 delas são dedicadas a um estudo e 30 delas focam a estratégia local de habitação para o Concelho de Caminha, e dizer isto não com menosprezo, antes pelo contrário, ainda bem que assim é, porque é com o estudo que se permite sustentar aquilo que é a estratégia. E o estudo mostra alguns números que são preocupantes e que nem sempre fazem casar o discurso que se tem com aquela que é a evidência que o próprio estudo mostra. E a primeira nota que a CDU gostava de dar é que de facto, ao nível dos rendimentos mensais dos trabalhadores que se tem no Concelho, a situação é preocupante; é um quadro demasiado escuro para um Município que se afirma de progresso, carregado de oportunidades. Um rendimento médio de trabalhadores, considerando apenas aqueles que são trabalhadores por conta de outrem de 880€ é de facto preocupante. Mas torna-se ainda mais preocupante quando pensamos em todos os trabalhadores e esse valor desce para 685€. De facto, pensar neste cenário num Concelho como o de Caminha que precisa de potenciar a fixação das pessoas é alarmante, daí que o estudo



## Assembleia Municipal de Caminha

nesse capítulo está perfeito ao traçar este diagnóstico independentemente dos valores estarem mais ou menos atualizados. A verdade é que, a haver ali alguma variação, ela não seria muito substancial e se o fosse seria ainda para piorar o cenário. Dizer então que outra preocupação se prende com o poder de compra, que vai depois justificar uma estratégia que vá de encontro à questão de uma habitação a preços controlados, que permita que a população do Concelho de Caminha, principalmente a mais jovem, possa garantir um arrendamento ou uma construção, porque com este nível de poder de compra que está abaixo da média nacional, mas, também está abaixo dentro da Região Norte onde se insere, é também mais um fator de preocupação. Dizer que, na parte consignada neste documento exatamente à estratégia local de habitação, a CDU não concorda muito com a visão que lá surge. Aliás os próprios números o contrariam, ao dizer que Caminha é um Concelho dinâmico e competitivo, porque não o podem afirmar com estes números apresentados no estudo. Ele poderá vir a ser, e gostariam que ele viesse a ser, mas, neste momento não é, e esta é uma nota de discordância face à visão do documento. Em termos de eixos a CDU deu uma atenção especial, ao eixo 2 e 3 porque lhes parece que neste momento é um caminho que tem que ser percorrido. Isto porque no eixo 1 existe já a experiência do passado, já há algum trabalho feito. Ao nível do eixo 2, a habitação para todos, e o eixo 3, a revitalização e a competitividade, é de facto aquilo que urge mais, mas também é aquilo que os deixa mais preocupados porque ali existe uma interferência muito direta do mercado. Por isso estarão muito atentos e esperam estar ali no próximo mandato para averiguar, se realmente esta estratégia se vier a consolidar nos diferentes programas a que vai concorrer, se o Município de Caminha, através da sua Câmara Municipal, vai ou não ter capacidade de controlar o próprio mercado. Porque esta questão da dependência para consolidar e concretizar esta estratégia, esta dependência dos financiamentos dos diferentes programas é também uma oportunidade para os próprios mercados e a CDU sabe de experiências passadas como rapidamente se subvertem muitas destas



## Assembleia Municipal de Caminha

situações, e isso deixa-os muito preocupados. Daí que sabem que por um lado vão ter as verbas limitadas aos próprios programas, não estão preocupados com as questões de pormenor, porque essas questões estão sujeitas a cada um dos programas que se irá concorrer, portanto, haverá oportunidade de ajustar esta estratégia a cada uma das situações em concreto, mas é mais uma tarefa árdua que o Município de Caminha vai ter que enfrentar no futuro, porque não basta ter esta estratégia, é preciso depois a sua concretização, a partir destes diferentes concurso e programas a que vai recorrer.

A CDU encara esta estratégia local de habitação no Concelho de Caminha como uma declaração de intenções e aquilo que de facto pensa que pode ser a resposta ao nível da habitação da garantia dos direitos das populações locais para poderem iniciar a construção de uma vida digna e com futuro no Concelho de Caminha. Até aí estão de acordo e sabem há forma de dar a volta se não houver uma estratégia bem concebida. Também sabem que estão a cumprir os preceitos.

Dizer que, sendo um plano de intenções, e não consagrando nele nenhuma intenção que lhes pareça ser nefasta para o Concelho de Caminha, antes pelo contrário, então é uma intenção que terá que ser validade por todos. E é aí que a CDU tem uma pequena “picadela de agulha” porque no momento que se está a atravessar, tão perto do final de mandato, tão perto das eleições que se aproximam, é evidente que o executivo camarário traz ali uma declaração de intenções que será subscrita por todos, porque logicamente ninguém terá, dentro do quadro descrito, dentro daquilo que está referido no documento, vontade alguma de o contrariar nas suas intenções, votando contra. Por isso, a CDU votará a favor.

Disse.

A **Senhora Deputada Renata Monteiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de



## Assembleia Municipal de Caminha

Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes que nos seguem de casa e Comunicação social, e disse;

“Nos últimos dias as redes sociais foram invadidas por um vídeo viral de uma jovem com autismo que, em apenas 30 segundos, explicou como é fácil ser-se única e verdadeira mente feliz:

Cauí explicou que, e passo a citar, "A vida é simples. Uma pessoa ter a alegria de ter uma casa para viver, um sítio onde dormir, família e amigos para amar... Já não vale muito?".

Ter uma casa onde nos refugiar ao final dos nossos dias, das nossas rotinas e dos nossos afazeres é, realmente, algo tão comum, certo e relativamente fácil para a maioria de nós, que não concebemos por vezes que um dos bens mais essenciais a que todo o ser humano deveria ter acesso, lhes fica inatingível.

Que se possa, até ao final de 2026, apresentar ao Concelho de Caminha uma solução e uma situação digna de habitação, com conforto, comodidade, salubridade e adequada às formas atuais de habitar, acessível a todo o cidadão caminhense que dela necessite, é algo que está nas metas, nas preocupações e nos anseios deste atual Executivo.

No passado dia 18 de julho foi apresentada e aprovada, ao Executivo, a Estratégia Local de Habitação do Município de Caminha que permitirá a utilização de 16,1 milhões de Euros durante os próximos 6 anos. Esta iniciativa encontra-se inserida no Programa de Financiamento do atual Governo "1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação", cabendo ao Município um total de 4,5 milhões de Euros.

O desenvolvimento da Estratégia Local de Habitação do Município de Caminha resultou num trabalho árduo e atento, fruto do diálogo entre todas as Juntas de Freguesia, coordenado pelo Sr. Vereador Rui Lages e com o apoio e aporte direto da Sra. Vereadora Liliana Ribeiro que permitiu desta forma detetar e assinalar patologias ao nível da habitação e das carências sociais por todo o Concelho, definindo estratégias, prioridades, frentes de atuação e objetivos primordiais para que Caminha possua uma resposta de habitação que orgulhe



## Assembleia Municipal de Caminha

cada um dos seus habitantes, mas principalmente que os possa servir e amparar quando as vicissitudes da vida coloca em causa o simples facto de se ter uma casa onde residir.

O documento final da Estratégia Local de Habitação do Município de Caminha apresenta assim de forma clara e explícita as carências e as dificuldades no que toca à Habitação Social no Concelho, orientando as Linhas de atuação e as formas de atuar para que todas estas questões sejam definitivamente consertadas e corrigidas. Este documento expressa ainda a fixação da meta de trabalho de 6 anos, entre 2021 e 2026, como o horizonte para que o Município possa reabilitar um total de 22 habitações já existentes, adquirir e reabilitar 16 novos imóveis e construir totalmente 9 novas casas.

Assim, ficará garantido o acesso de todas as famílias residentes no Concelho a uma habitação que lhes permita viver os seus dias em Caminha com condições dignas e adequadas aos diferentes tipos de agregados familiares, com soluções habitacionais diversificadas e adequadas à atualidade, não descuidando questões como a eficácia energética e a sustentabilidade dos espaços habitados, tudo isto a preços acessíveis e adequados às possibilidades e capacidades económicas e sociais de cada residente que destes imóveis necessite.

Cabe não esquecer que esta solução pode igualmente atrair mais famílias, jovens e até investidores privados ao Concelho de Caminha, criando sinergias nos sectores locais da construção e do imobiliário, desenvolvendo valências económicas e avanço financeiro e laboral.

Caminha é o lar que tantos escolhem e acolhem como seu, a partir de agora será também, com garantias e certezas, casa e porto de abrigo daqueles que mais necessitam e, por vezes, menos conseguem.”

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que as intervenções ali efetuados dão boa nota daquilo que é esta estratégia local de habitação. Mas, esta estratégia local existe porque existe uma estratégia Nacional, e não existia



## Assembleia Municipal de Caminha

nos últimos anos, a última estratégia que aconteceu de irradiação de barracas veio de um período de profícuo trabalho entre o Partido Socialista e o Partido Comunista em Lisboa, e talvez fosse a maior ação política feita na habitação no conjunto do País, e muitas Câmaras deram continuidade a esse trabalho, e só há muito pouco tempo é que começaram a aparecer programas para reabilitação do espaço, de combate a precarização e criação de condições para que os mais jovens tivessem um acesso mais cedo ao arrendamento, e por isso sublinha ali esta aposta que o Governo fez nesta matéria e ter escolhido no âmbito dos investimentos do PRR a habitação como um farol de desenvolvimento para os próximos anos, e julga que essa foi uma escolha acertada. E, não só porque embora a habitação esteja presente nas músicas que se cantam após o 25 de Abril, começou a ser desvalorizada naquilo que é o conteúdo de desenvolvimento do País, e julga que não deve ser desvalorizada porque hoje o problema que se vive e ali constatado no decréscimo de população no Concelho de Caminha e em todo o País, tem muito a ver com esta dicotomia entre o emprego, a habitação, os rendimentos e a capacidade que se tem para se ter uma habitação digna. Existem muitos problemas na habitação, é o facto de se ter uma habitação digna e capaz, até já podem ter uma habitação mas, ela não ser digna e não se ter capacidade para renovar essa habitação. Pode-se não ter uma habitação e pagar-se uma renda ao Estado ou há Câmara Municipal, e as Câmaras Municipais proprietárias não terem a capacidade para reabilitar o seu próprio património, os arrendatários não terem capacidade para pagar o seu próprio património, ou, as casas que estão arrendadas a pessoas mais idosas poderem ser usadas na especulação imobiliária nomeadamente nos centros históricos das grandes cidades e das Vilas que se tem no nosso Concelho, e a questão da sobre habitação que acontece sobretudo em locais aonde se tem trabalhadores emigrantes a chegar a dividirem-se dentro de uma casa para poderem pagar uma renda, ou seja, tem-se várias situações e por isso esta é uma temática fundamental, mas, não tem estado no debate político nacional, nem local nos



## Assembleia Municipal de Caminha

últimos anos. No entanto, julga que esta escolha do Governo é assertiva e tem-se a obrigação de debater aquilo que se quer fazer no Concelho de Caminha. Esta é uma estratégia aberta á participação, aberta a ter conteúdo, o executivo está a criar as gavetas que se vão encher de ideias, de projetos e oportunidades, mas, é também uma estratégia que tem a ver com outros temas que ali foram revelados por parte do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, e sejam claros há alguém que ganhe um salario mínimo de 650€ durante um mês, não tem a oportunidade de pagar um empréstimo ao banco para uma casa, ou um apartamento que para o nosso Concelho esses valores são muito básicos, e por isso, existe um problema especifico no Concelho que tem a ver com o facto dos trabalhadores por conta de outrem ter um rendimento baixo em comparação com outros Concelhos e isso tem a ver com politica e com a ação ideológica, e a CDU defende que haja o pagamento justo aos trabalhadores e o aumento cada vez maior em cada ano dos salários aos trabalhadores, existe uma politica por parte do Governo que é uma politica de subida dos salários mínimos, mas, existe quem defenda à Direita que esses salários não devem subir, que o salario mínimo se deve manter defendendo que a competitividade se faz através dos salários baixos, isso é verdade! É hoje a política dos principais partidos da oposição á direita. Mas, aquilo que se tem que acautelar é que um jovem ou menos jovem do Concelho de Caminha possa pagar com o seu salário uma casa digna para si ou para a sua família, e isso obriga-os a trabalhar em diversas matérias, no emprego, na competitividade entre o emprego para que os salários possam aumentar nessa competitividade e também na relação na habitação não deixando o mercado disparar como acontece em muitos locais do Concelho. Existem, hoje freguesias especificas do Concelho de Caminha que estão a vender metro quadrado a preços da área metropolitana do Porto e Lisboa, e quando se fala que Viana do Castelo está num dos distritos que tem um maior nível médio por metro quadrado no valor do terreno, muitos daqueles que são os preços do Concelho de Caminha inflacionam esse valor no Distrito de Viana do Castelo,



## Assembleia Municipal de Caminha

por isso, existem vários problemas, mas a Estratégia Local de Habitação visa dar resposta á inadequação da habitação, á insalubridade, á insegurança e precariedade e á sobre lotação, as propostas que ali fazem tem a ver com estratégia, e apresentam algumas propostas para darem resposta á inadequação da habitação, para o executivo poder no âmbito do primeiro direito que só é um programa a que se pode aceder através desta estratégia, para se poder avançar para um investimento municipal de 4,5 milhões de euros para se poder comprar, reabilitar ou construir de novo 47 habitações fazendo este investimento até 2026, e é isso que o executivo se propõe fazer com esta estratégia, e esta estratégia dá o conforto ao executivo para poder ir buscar o dinheiro para se poder fazer este investimento, mas, também dá o conforto para poder haver investimento privado que permita fazer e alavancar 11,6 milhões de euros que possam levar á criação de mais 139 alojamentos no Concelho de Caminha que se somam aos outros 47 alojamentos. Mas, existem outros programas, como o apoio ao arrendamento urgente, reabilitação de edifícios, arrendamento acessível, porta 65 jovem, reabilitar para arrendar, os projetos ligados ao IFRU, a casa eficiente 2020, estes são programas aos quais se pode ir, aos quais se somam investimento que é possível fazer quer do ponto de vista público e privado, e é esta estratégia que vai permitir. Esta, é uma estratégia aberta, está aberta ao contributo de todos á medida que for concretizada e escrutinada ali na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal nos próximos eleitos, e tratasse de uma estratégia aberta porque está sempre a ser atualizada. Disse ainda, que se avaliarem os grandes chavões da informação, a projeção que o autor deste estudo fez, onde passou por uma empresa de consultadoria do Concelho de Caminha que o fez em dialogo com os Senhores Presidentes de Junta, e projetava, apesar de não terem os valores dos Censos, que havia três freguesias do Concelho de Caminha que iriam crescer neste intervalo entre 2011 e 2021, e seria Âncora, Vila Praia de Âncora e Moledo, como 13 no grupo de freguesias do Concelho não cresceram, mas,



## Assembleia Municipal de Caminha

há uma que cresceu um pouco e foi Âncora, desse o mérito ao Senhor Presidente da Junta, António Brás que está agora a deixar funções.

Para terminar, disse o Senhor Presidente que aquilo que ali tem é a possibilidade de se fazer este investimento, sobretudo no contexto do Concelho de Caminha aonde foram detetadas pelos Senhores Presidentes de Junta, Câmara e Consultores 186 habitações, que não tem condições de salubridade e segurança, ou que tem condições de precariedade das famílias que lá habitam, ou que está numa condição de sobrelotação, mas, 186 habitações são menos do que as 462 habitações que tinham sido identificadas em 2011, mas, ainda é muito agregado aonde se tem que trabalhar. É, isso que o executivo vai ter que fazer até 2026 através desta estratégia, que está aberta ao contributo de todos e da sua concretização, e aquilo que a Câmara assume já com esta estratégia é que irá alavancar 4,5 milhões de euros para poder intervir em 47 habitações, e a convicção do executivo é que os beneficiários diretos, os privados, também irão fazer obras de beneficiação das suas casas, porque vão ter acesso a financiamento para isso. Uma, outra questão tem a ver como esta ação municipal ou pública irá intervir no mercado, e a ideia é que esta intervenção possa dar exemplo para que todos compreendam que é possível ter casa a custos controlados, e a Câmara vai construir para arrendar e para que outros possam habitar e irá ter rendas mais baixas do que aquelas que o mercado apresenta, agora, se vai ser suficiente para o mercado se ajustar? Ainda não sabe. Mas, aquilo que o executivo pretende com este investimento que é público, é natural que as casas sejam mais baratas, porque então estava-se a falar de investimento de dinheiro público para poder haver especulação. Mas, existem outros fatores ao longo dos anos, como se está em situação de emprego, como se está em situação de concorrência se existe muito ou pouca procura, mas, estas relações como sabem estão muito estudadas desde o século XIX. E, aquilo que se tem que fazer agora já que não é futurologia, é ação, tem-se a estratégia e parte-se para a ação, e fica muito agradado que todo este hemiciclo apoie esta estratégia, porque aquilo que se



## Assembleia Municipal de Caminha

deve fazer é ajudar as pessoas e a qualidade da habitação é fundamental para a coesão social e para a felicidade individual dos habitantes deste Concelho.

Muito obrigado

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **d) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Atividade de Animação e Apoio à Família**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezanove de julho de dois mil e vinte e um, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Atividade de Animação e Apoio à Família**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para



## Assembleia Municipal de Caminha

a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo, relativo à Atividade de Animação e Apoio à Família.

O **Senhor Deputado Filipe Fernandes**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes que nos seguem de casa e Comunicação social, e deu início à sua intervenção;

“Os pontos que se seguem referem-se ao trabalho e apoio entre o Município e as Juntas de Freguesia no âmbito da educação, no que se refere às “Atividades de Animação e Apoio à Família”, e na prestação de serviço de transporte às crianças e jovens do nosso concelho.

Mas sobre este tema tão importante, que é a Educação, quero fazer uma resenha, merecida e necessária, da situação no concelho de Caminha.

Os últimos oito anos têm sido pautados pela aposta nas condições do ensino. E mais recentemente verificou-se um aumento considerável. É o maior investimento de sempre na Educação no concelho de Caminha.

Pode passar despercebido a muitos, mas não passa às famílias e aos alunos que têm transporte gratuito até ao 12º ano. Têm condições para utilizar a escola das 7h30 às 19h00 num planeamento e organização denominado “Escola a tempo inteiro”.

São preparadas milhares de refeições, garantindo que cada aluno tem acesso à alimentação adequada, com condições para estudar.

Como é sabido, o Governo socialista dá direito a livros gratuitos até ao 12º ano. E o Município de Caminha fornece gratuitamente todos os livros de fichas ao primeiro ciclo.

Esta é uma forma indireta de apoio aos orçamentos familiares.

A aposta no Sucesso Escolar em Caminha é claro e transparente.

Existe terapia da fala. Existe terapia com apoio de animais, num projeto audaz denominado “Projeto Ethos”. Existe um forte apoio às visitas de estudo,



## Assembleia Municipal de Caminha

permitindo às nossas crianças e jovens a construção de memórias e de conhecimento. Existe o Projeto Nautismo, levando o desporto náutico às escolas desde o Jardim de Infância ao Secundário, essencial num território como o nosso, com rios e mar.

Em 2020 o Município de Caminha fez um investimento na Educação de 2 Milhões e 300 mil euros. Caminha está de Parabéns!

Mas está ainda de parabéns pois o Agrupamento de Escolas no nosso concelho é considerado o Mais Inclusivo de Portugal.

Como todos sabem há duas obras essenciais a decorrer. A escola de Caminha, que brevemente terá utilização. E a escola de Vila Praia de Âncora. Investimentos na ordem de 4 Milhões de euros. A par disto tudo, recorro que a pandemia da Covid-19 levou ao maior transtorno das famílias e em particular na Educação. Esta será a 2ª abertura do ano escolar em pandemia.

Todos sabemos do enorme desafio que tem sido. Talvez a época mais difícil de quem tem de tomar decisões.

Mas hoje podemos fazer o balanço do que fez o executivo de Miguel Alves. Olharam para a Educação com paixão. Trataram e deram o seu melhor na alimentação, transporte, sucesso, solidariedade, planeamento, recursos, correção de desigualdades e assimetrias, lógica de proximidade, investimento, equipamento e obras nos edifícios escolares. Este é um concelho que se destaca pelas Políticas Educativas consistentes.

A escolaridade é o indicador com maior impacto no crescimento económico. E o executivo sabe isso muito bem e mostrou-o com ações e investimento.

Há uns anos atrás o 1º Ministro e atual Secretário Geral da ONU, António Guterres, utilizou o slogan “Paixão pela Educação” e como Humanista convicto, acreditou que um país mais formado seria um país melhor.

É preciso que todos acreditem nessa paixão. Este executivo mostrou que acredita.

Caminha está de parabéns!”



## Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **e) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Âncora - Transportes Escolares**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezanove de julho de dois mil e vinte e um, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Âncora - Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Âncora, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



## Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### f) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Dem - Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezanove de julho de dois mil e vinte e um, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Dem - Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k), do n.º 1, do art.º 25, da lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



## Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **g) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora- Transportes Escolares**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezanove de julho de dois mil e vinte e um, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora - Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta



## Assembleia Municipal de Caminha

na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **h) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém- Transportes Escolares**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezanove de julho de dois mil e vinte e um, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém- Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



## Assembleia Municipal de Caminha

### **i) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Transportes Escolares**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezanove de julho de dois mil e vinte e um, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **j) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a**



## Assembleia Municipal de Caminha

### Junta de Freguesias de Vilar de Mouros- Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezanove de julho de dois mil e vinte e um, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesias de Vilar de Mouros - Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

**k) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo- Transportes Escolares**



## Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezanove de julho de dois mil e vinte e um, relativa ao **“Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo-Transportes Escolares”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **I) – Colocação de Sinalética de Proibição de Trânsito na Travessa do Tombo na União de Freguesias de Moledo e Cristelo**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de cinco de julho de dois mil e vinte e



## Assembleia Municipal de Caminha

um, relativa à “**Colocação de Sinalética de Proibição de Trânsito na Travessa do Tombo na União de Freguesias de Moledo e Cristelo**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º1, do art.º25, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar, a “Colocação de Sinalética de Proibição de Trânsito na Travessa do Tombo na União de Freguesias de Moledo e Cristelo”, com a implementação de sinalética de trânsito proibido, sinal C2 – trânsito proibido a colocar no lado direito do sentido de trânsito em ambos os extremos do arruamento, conforme fotomapa anexo.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 28 votos a favor, 0 votos contra e 06 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **m) – Colocação de Sinalética de Proibição de Trânsito no Parque 25 de Abril na União de Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de cinco de julho de dois mil e vinte e um, relativa à “**Colocação de Sinalética de Proibição de Trânsito no Parque**



## Assembleia Municipal de Caminha

**25 de Abril na União de Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho”,** conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar, a implementação da seguinte postura de trânsito:

-Trânsito proibido na Rua Dr. Luciano Pereira da Silva, na UF de Caminha e Vilarelho, no terceiro domingo de cada mês, entre as 06:00h e as 18:00h, exceto cargas, descargas e moradores;

-Trânsito proibido na Rua avenida de Camões, na UF de Caminha e Vilarelho, a partir do entroncamento com a avenida Padre Pinheiro.

Com a implementação da seguinte sinalética:

-Sinal C2 - trânsito proibido, acompanhado de painel adicional modelo 7b “no terceiro domingo do mês, entre as 6:00h e as 18:00h” e modelo 10a “exceto moradores, cargas e descargas”, colocado no lado direito do sentido de trânsito junto ao lancil do passeio no início da Rua Dr. Luciano Pereira da Silva, na UF de Caminha e Vilarelho;

-Sinal C2 - trânsito proibido, colocado no lado direito do sentido de trânsito junto ao lancil do passeio na avenida de Camões, junto ao entroncamento com a avenida Padre Pinheiro.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta



## Assembleia Municipal de Caminha

na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **n) – Implementação de Passadeira na Avenida Ramos Pereira em Vila Praia de Âncora**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dois de agosto de dois mil e vinte e um, relativa à **“Implementação de Passadeira na Avenida Ramos Pereira em Vila Praia de Âncora”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º1, do art.º25, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar, a **“Implementação de Passadeira na Avenida Ramos Pereira em Vila Praia de Âncora”**, com execução de uma passadeira, que poderá ser materializada por simples pintura no pavimento ou por uma passadeira elevada ao nível dos passeios existentes (em linha com as passadeiras existentes nas proximidades) acompanhada da respetiva sinalização horizontal e vertical de indicação de passadeira ou passadeira e lomba respetivamente, conforme fotomapa em anexo, da seguinte forma:

- 1.Sinalética horizontal materializada por pintura no pavimento de linhas brancas alternadas, barra de paragem e linha contínua em 10,0 metros antes da passadeira;
- 2.Sinalética vertical materializada por colocação de sinal H7 - Passagem para peões, em ambos os sentidos de trânsito, imediatamente antes da barra de paragem pintada no pavimento;
- 3.No caso de se optar pela execução de uma passadeira elevada propomos, para além da sinalética indicada nos pontos 1 e 2, a pintura de quadrados



## Assembleia Municipal de Caminha

alternados nas rampas e a colocação de sinal A2a – lomba ou depressão, em ambos os sentidos de trânsito, 30 metros antes da barra de paragem;

Seja qual for o tipo de passadeira a adotar, será necessário eliminar dois lugares de estacionamento, um em cada sentido de trânsito, de modo a que no prolongamento da passadeira o passeio apresente as mesmas características e altura de lancil.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que a CDU nestas matérias acompanha aquela que é decisão das Juntas de Freguesia.

Dizia a CDU no início da intervenção, que no Concelho de Caminha parece que falta sempre alguma coisa, e compreenderá o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha que a CDU tem estado muito atenta neste último mandato àquela zona entre o Parque e a Avenida Dr.º Ramos Pereira, e mais uma vez tem-se uma situação que parece um remedeio, mesmo que necessário, porque as pessoas tem que passar em segurança. Porém, vai nascer em cima de um estacionamento. E, há uns anos, no início do mandato anularam os estacionamentos na Av.ª Dr.º Ramos Pereira, porque se iam implantar as esplanadas, e estas acabaram por absorver os próprios passeios. Tirou-se espaço às pessoas, e agora tira-se ao estacionamento e dá-se às pessoas e com este desabafo fica sem se saber quem perde ou quem ganha. O facto é que parece sempre que falta alguma coisa, e que a solução que foi pensada já devia ter previsto uma passagem de acesso ao parque. E, isso desagrade a CDU. Ver que no Concelho de Caminha, como agora se verifica em Vila Praia de Âncora, tem sempre que haver um remedeio, tem sempre que haver uma solução posterior. Esta é necessária, e votarão favoravelmente, porque é a forma de passarem em segurança, mas, não deixa de ser um remedeio.

Muito obrigado.



## Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **o) – Nomeação de Auditor Externo para Certificação de Contas**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de trinta de agosto de dois mil e vinte e um, relativa à “**Nomeação de Auditor Externo para Certificação de Contas**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos do n.º 1 do art.º 77 da lei 73/2013 de 03 de setembro, compete à Assembleia Municipal nomear, sob proposta do órgão executivo, o auditor externo responsável pela Certificação Legal das Contas, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a nomeação da firma “Noé Gomes & Associado, SROC, Lda. para auditor externo, para o exercício económico de para os anos de 2021, 2022 e 2023.”

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 0 votos contra e 09 abstenções.



## Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **p) – Regulamento Municipal do Conselho Municipal do Desporto de Caminha**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de trinta de agosto de dois mil e vinte e um, relativa ao “**Regulamento Municipal do Conselho Municipal do Desporto de Caminha**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Regulamento Municipal do Conselho Municipal do Desporto de Caminha”.

O **Senhor Deputado Carlos Videira**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“É com surpresa que recebemos esta proposta de criação do Conselho Municipal do Desporto. Não pelo mérito e pela pertinência da iniciativa que é relevante ao potenciar a concertação e o envolvimento das associações, dos clubes e da sociedade civil na discussão de políticas públicas.

Aquilo que nos surpreende é que o atual Executivo Municipal proponha a constituição de mais um órgão consultivo quando todos os outros que, entretanto, foram criados não passaram do papel, não reúnem, não funcionam e não cumprem as competências que lhes foram atribuídas.



## Assembleia Municipal de Caminha

Tem sido assim na Educação, tem sido assim na Juventude, tem sido assim também no que toca ao Conselho Económico e Social.

A bancada do Partido Social Democrata tem insistido com veemência nesta temática, num exercício de fiscalização e escrutínio, que não tem obtido qualquer resposta da parte do Executivo Municipal.

Só na última Assembleia Municipal, dirigindo-se aos jovens do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, é que o Senhor Presidente da Câmara revelou que, e cito a ata hoje aprovada relativa à última sessão, “existe um problema, é que as associações de estudantes que devem estar no Conselho Municipal de Juventude não estão legalizadas e não há uma associação juvenil inscrita no Registo Nacional de Associações Juvenis, e portanto, o Conselho Municipal de Juventude seria vazio, estariam eles os mais velhos a debater com ninguém”.

Devo começar por dizer que lamento que este esclarecimento não tenha sido prestado pelo Executivo quando, na Assembleia Municipal de abril, por ocasião da discussão do Cartão Jovem Municipal, questionei o Senhor Presidente sobre a emissão de parecer obrigatório, não vinculativo, sobre a matéria em apreciação e sobre a constituição do respetivo Conselho.

Devo também dizer que lamento que não haja uma maior proatividade do Município no apoio jurídico à inscrição das associações de estudantes e associações juvenis do Concelho no RNAJ, tornando-as, inclusive, elegíveis para os programas de financiamento do Instituto Português do Desporto e Juventude e garantindo condições para o funcionamento pleno do Conselho Municipal da Juventude em Caminha.

A verdade é que o valor acrescentado por estes Conselhos Municipais para a tomada de decisão dos eleitos tem sido nulo, sobretudo devido à inação do Executivo no que a esta matéria diz respeito. A verdade é que, ao longo destes quatro anos, esta Assembleia Municipal nunca recebeu qualquer parecer de nenhum órgão consultivo sobre as matérias em apreciação, nem foram levadas a cabo atividades ou iniciativas conjuntas sob proposta ou promoção destes Conselhos Municipais, tal como previsto nas suas competências.



## Assembleia Municipal de Caminha

Desse modo, não poderemos fechar os olhos a esta realidade e não podemos constituir Conselhos Municipais que não saem do papel sob pena de desvalorizarmos o papel dos órgãos consultivos, minando a confiança da população e das instituições na concertação e no trabalho em rede.

Faz sentido a criação de um Conselho Municipal do Desporto? Certamente. Tal como fará sentido a criação de um Conselho Municipal da Cultura, se amanhã for esse o desejo da autarquia. Mas a prática tem que corresponder àquilo que se escreve e aprova em sede de Executivo e Assembleia Municipal.

Assim sendo, a bancada do Partido Social Democrata abster-se-á nesta votação.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que em primeiro lugar valorizar a criação do conselho, porque a constituição de órgãos consultivos são sempre um elemento que merece, desde logo, o apoio da CDU porque incita à participação e ajuda o executivo na tomada de decisões, na melhor resposta a dar a cada um dos setores. E, portanto, reconhecer como positivo essa criação, e reconhecer também o facto de terem disponibilizado para consulta pública o presente regulamento. Mas, no entender da CDU, existe ali um problema na sua constituição e, portanto, um conselho que tem problemas na sua constituição nunca se vai poder constituir. E um dos problemas reside num representante do Conselho Municipal da Juventude, porque se não está um Conselho Municipal da Juventude a funcionar, significa que também não vai funcionar este Conselho Municipal do Desporto, porque não se pode constituir. Claro que o executivo poderá ali dizer em que circunstâncias o órgão pode ou não estar constituído e a funcionar, invocando o próprio regulamento, mas, neste momento, perante o que está escrito no regulamento, não poderá funcionar. Apenas refere que é constituído pelo conjunto daqueles elementos que lá estão, e diz que tomam posse perante o Presidente da Câmara, não diz em circunstância alguma que ele pode funcionar sem estar constituído. Aliás, pode ali merecer algumas propostas de correção relativamente a essa matéria,



## Assembleia Municipal de Caminha

mas levará a que esta proposta tenha que ser retirada e ser discutida posteriormente. Também no que diz respeito aos representantes por cada um dos clubes ou associações de carácter desportivo com sede no Concelho de Caminha, também se pode apresentar o mesmo problema, que é o facto de nem todos apresentarem qual é o seu legítimo representante e, por essa via, não ser constituído o Conselho Municipal do Desporto. Mas podia-se ter encontrado algumas soluções, e uma delas passaria, naquilo que diz respeito ao Conselho Municipal de Juventude, a salvaguarda de que este o integraria logo que formalmente constituído, e julgam que assim o Conselho Municipal do Desporto poderia funcionar. Uma outra questão prende-se com o representante de cada um dos clubes ou associações de carácter desportivo com sede no Concelho de Caminha. Poderia haver ali a salvaguarda, mantendo o que está, acrescentando “e que manifestem a intenção de integrar o órgão”.

Para terminar, refere que a CDU que louva a criação do Conselho Consultivo, são favoráveis, mas, no entendimento da CDU não pode funcionar sem estar formalmente constituído com todos os elementos que o integram, e por isso, a CDU preferia que a redação da sua constituição fosse uma redação diferente para que ela pudesse ser votada. Julga que não se perdia nada, regressava novamente à Câmara Municipal, alteravam a constituição, e, se fosse colocada para consulta pública são mais 30 dias, entrando novamente na Assembleia Municipal ainda em novembro a aprovação deste regulamento. Dava assim para que o Conselho Municipal do Desporto estivesse a funcionar em pleno no próximo mandato com aqueles que fossem os eleitos, por sufrágio universal. Muito obrigada.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que o Conselho Municipal do Desporto poderá funcionar de acordo com aquilo que for a vontade de todos. Se, não está constituído algum Conselho Municipal que tenha que indicar um representante, como é natural tem que se aguardar que esse Conselho Municipal possa indicar esse representante, e logo que esteja



## Assembleia Municipal de Caminha

constituído esse representante participará nas reuniões, mas, isso não impede que esteja naquele regulamento que aquela é a nomenclatura e são as escolhas do seu próprio funcionamento, julga que ali não há nenhum problema, e nem vê necessidade que seja colada essa alteração num regulamento que ficará que não responde agora a essa preocupação, e quando estiver constituído fará parte das reuniões. Mas, pode não estar constituído e pode haver já reuniões do Conselho Municipal do Desporto, é esse o ponto de vista do executivo, e aquilo que se tem feito é começar a trabalhar com os Conselhos Municipais quando estão totalmente constituídos, e também existe justificação para os Conselhos Municipais criados que não estão a funcionar. E, quanto ao Conselho Municipal de Juventude já ali foi dito, o executivo gostava de poder trabalhar com as Associações de Estudantes que são fundamentais para poderem ter voz neste Conselho Municipal, no entanto, aquilo que o executivo está a fazer é a tratar das legalizações em conjunto com as escolas e com os alunos. Disse ainda o Senhor Presidente que o Conselho Municipal de Educação, já reuniu em tempos, e o executivo ainda não reuniu porque existe um processo de indicação de nomes da Associação de Pais e outra nomenclatura, e o Agrupamento pediu para não se reunir sem estarem definidas essas indicações, e o executivo aguarda por essa indicação e espera que o Conselho Municipal de Educação possa funcionar.

Quanto ao Conselho Economico e Social disse o Senhor Presidente que já está estabelecido, todas as pessoas estão contactadas e existe um problema de uma instituição que não indica o nome de quem possa estar no Conselho Economico e Social , que o PSD vem quer que funcione, e essa instituição que não indicou o nome é o próprio PSD que ainda não indicou o seu representante da Assembleia Municipal neste Conselho Economico e Social, mas, se o PSD indicar o nome esse conselho poderá funcionar.

E, aquilo que o executivo quer é que estes Conselhos Municipais possam funcionar, mas, o tempo de requerer uma nova audição pública julga que já passou no contexto deste Conselho Municipal. Houve um período em que foi



## Assembleia Municipal de Caminha

declarada a vontade do Município avançar com o Conselho Municipal, não houve contributos; houve um segundo período em que a Câmara Municipal lançou uma audição pública de 30 dias para cada um dar os seus contributos, não houve contributos; chegar ali com uma questão que não tem essa importância fundamental no desenho do Conselho Municipal de Desporto, julga que não seja pertinente e esta é a opinião do executivo e mantém a proposta e aquilo que o executivo quer é que os Conselhos Municipais possam funcionar.

O **Senhor Deputado Carlos Videira**, disse quanto á questão do Conselho Economico Social, aquilo que diz o regulamento é um representante de cada força política com assento na Assembleia Municipal, mas, esta força política representada ali na Assembleia Municipal nunca recebeu esse pedido de formalização do seu nome, dessa forma a menos que indiquem ali o nome por iniciativa, mas, até ao momento isso não aconteceu.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que o Senhor Deputado Carlos Videira não está a faltar à verdade, não é isso que acontece, mas, não é verdade o que disse, porque o PSD foi notificado, como a CDU foi notificado em tempo e apresentou o seu representante, o Partido Socialista também o fez e o PSD não o fez, e aquilo que se pode fazer é replicar de novo aquilo que foi o conteúdo da notificação e enviar ao PSD para que possa tomar uma decisão, mas, volta a lembrar que foram notificados.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que mesmo aceitando que o Senhor Presidente possa ter razão, não lhe parece que não continue a ser importante no que diz respeito ao representante de cada um dos clubes e associações, porque é muito amplo, não são apenas duas ou três associações ou clubes, porque o Concelho de Caminha tem muito mais. E associações de carácter desportivo no Concelho de Caminha são de facto muitas, não se podendo ignorar que aquilo que diz a sua constituição é que o integram um



## Assembleia Municipal de Caminha

representante de cada uma delas, sem dar a possibilidade de elas próprias manifestarem a intenção de integrar. Mas, se se acrescentasse ao texto que está “um representante de cada um dos clubes ou associações de carácter desportivo com sede no Concelho de Caminha que manifestem a intenção de integrar”, não havia problema, porque poderia estar a funcionar só com aqueles que manifestaram a intenção de o integrar. Senão vão ter que aguardar que todos integrem e corre-se o risco de não funcionar, porque existem muitas associações. E pergunta se por uma alteração simples ao se acrescentar este ponto se seria necessária a audição pública? É que se fosse dispensada audição pública, o processo seria mais rápido. Pelo que, aguarda esclarecimento por parte do executivo.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que aquilo que lhe informa o Senhor Vereador Rui Lages, enquanto vereador desta área, mas também como jurista é que seria necessário regressar e dar-se um passo atrás nesta matéria. E, compreende aquilo que o Senhor Vereador lhe está a dizer, e julga que isso pode trazer dificuldades na constituição prática do regulamento, no entanto, aquilo que segure é que se avance para aprovação esta regulamento, e ficam disponíveis para nos próximos meses se fazer essa avaliação, mas, julga que neste contexto esta matéria possa reunir até ao final, e já se percebe as dificuldades que tem nessa matéria e aí estarão presentes para dar o tal passo atrás se for necessário.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 0 votos contra e 10 abstenções.



## Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **q) – Alteração do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação – Revogação do Art.º 29º**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de trinta de agosto de dois mil e vinte e um, relativa à “**Alteração do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação – Revogação do Art.º 29º**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Alteração do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação – Revogação do Art.º 29º”.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, António Brás**, disse o seguinte;

“Relativamente a este assunto, e pelo que consegui perceber o artigo n.º 29 do RMUEC, ao ser revogado, será simplesmente anulado.

No entanto gostaria de aproveitar para sugerir que neste domínio da regulamentação municipal de urbanização, fosse implementada a necessidade de auscultar a junta de freguesia de Âncora, a fim de evitarmos licenciamentos que, mesmo quando, ao abrigo da Lei, colocam em risco o interesse público, sobretudo quando os mesmos, acabam a ocupar terrenos da Junta de Freguesia.



## Assembleia Municipal de Caminha

E por acréscimo, creio ser por demais importante que o regulamento passe a observar questões que se prendem com a observância das cotas altimétricas dos arranjos exteriores e as cotas de soleira das entradas de propriedade na sua relação com o domínio público.

Porque decorrente da falta de controle, colidem na sua esmagadora maioria com as cotas de arruamento.

Dando origem depois, na maioria dos casos, ajustes indesejados, com rampas e ocupação de espaço público, que causam constrangimentos aos utentes da via pública.

Principalmente quando se pretende construir passeios, obrigando nessa fase, a adequar os passeios às diversas cotas de entradas e acabando por serem construídos autênticos carrosséis, quando deveríamos privilegiar os peões, de boa ou mobilidade reduzida com passeios tão planos e retilíneos quanto possível.

Obrigado.

Disse.”

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que a Câmara Municipal toma boa nota desta proposta que é um anseio do Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Âncora e de outras Freguesias, e vão acautelar essa situação, mesmo sem regulamentos naquilo que é o diálogo com as Juntas de Freguesia, e sublinha que o Senhor Presidente mesmo na reta final continua a ser exigente, e a lutar pela sua Freguesia, e essa é a melhor despedida que poderá ter desta Assembleia Municipal, com esta participação cívica aguerrida até ao ultimo segundo.

Para terminar, disse o Senhor Presidente que neste última intervenção deste mandato, gostava de agradecer a todos os Senhores Deputados, Presidentes de Junta, por todo o cuidado que sempre tiveram, a urbanidade que sempre tiveram com a Câmara Municipal e com ele em particular, os debates que ali poderão protagonizar e foram genericamente elevados em que todos



## Assembleia Municipal de Caminha

beneficiaram desta capacidade para dirimirem as suas diferenças e de forma civilizada.

Cumprimenta todos os técnicos que os acompanham, em que os temas não lhes dizem respeito, são aqueles que estão no som, na imagem, por isso, agradece o profissionalismo. Agradece a todos os serviços que tornam estas Assembleias possíveis, à Anabela Monteiro em primeira linha, mas, a todos que o acompanham do seu gabinete. Uma palavra aos jornalistas, e uma última palavra à mesa, agradecendo todo o trabalho, dedicação, e em particular ao Senhor Presidente da Mesa, Luis Mourão, de testemunhar o modo sereno, capaz, maduro e democrático bem inspirado na liberdade que ajudou a conquistar com que dirigiu ao longo destes anos este trabalho, tem sido um privilegio tê-lo como Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, tem sido um privilegio ter privado com ele nestes debates, é verdade que a forma de estar ajuda muitas vezes a desanuviar um ambiente que aqui e ali se torna carregado, o que contribuí para o bom funcionamento desta Assembleia, e jamais esquecerá o papel que teve na qualificação da celebração das sessões comemorativas do 25 de Abril, trazendo a cultura a esta casa, e a abertura que tem dado para que todos os intervenientes políticos de todos os partidos possam ter voz ali na Assembleia nos debates das sessões ordinárias, extraordinárias e nas sessões comemorativas do 25 de Abril, que era a maior mancha institucional do passado, porque quando se comemorava Abril e a liberdade só se tinha a possibilidade de ouvir a voz de quem estava no poder, por isso, fica a nota de agradecimento por tudo que fez ao longo de estes anos pela democracia e institucionalismo no Concelho de Caminha, e dizer ainda que se guardará esta memória de um grande Presidente, e foi um privilégio estar ali com ele, e foi um privilégio partilhar esta sala e este hemiciclo.

Muito obrigado engenheiro Luis Mourão!

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



## Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Presidente da Mesa, Luis Mourão**, disse que antes de dar por encerrada a sessão, dirige-se ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores, aos Senhores Deputados e Presidentes de Junta e diz;

“Antes de terminar o meu mandato, quero agradecer aos 14 Presidente de Junta de Freguesia, aos 21 membros eleitos pelo colégio eleitoral o respeito que tiveram com a mesa da Assembleia Municipal que ao longo dos 4 anos sempre, mas sempre tive a intenção de tratar todos os Senhores Deputados de acordo com as regras da Liberdade e Democracia e obediência ao Regimento da Assembleia Municipal aprovado por unanimidade por todos.

Quero agradecer também ao Senhor Presidente da Câmara, Dr.º Miguel Alves, a todos os Senhores Vereadores em exercício pois sempre foram prestadas as informações e esclarecimentos julgados necessários para a mesa da Assembleia Municipal.

Agradeço também à equipa do Dr.º João Pinto, à Patricia Ramos e à Anabela Monteiro, que foram resolvendo as questões técnicas e logísticas, indispensáveis ao bom funcionamento das Assembleias Municipais, adaptando o seu funcionamento à Pandemia do Covid 19 e cumprindo rigorosamente as recomendações do SNS e da Task Force.

Não era tarefa fácil, mas que foi levada a bom porto sem incidências Covid.

Por último dar-me-ão o benefício da dúvida ao afirmar que as Assembleias Municipais desta legislatura decorreram em liberdade democracia e



## Assembleia Municipal de Caminha

observando e cumprindo de um modo geral os diferentes artigos do nosso Regimento.

Se algumas das minhas decisões interpretadas pelos Senhores Deputados não foram corretas ou não foram de acordo do vosso pensamento peço-vos humildemente desculpa pois foi sempre a minha intenção balizar-me no nosso Regimento.

Repito se errei peço desculpas sinceras.

Por fim, quero também agradecer aos meus secretários que sempre me auxiliaram a tomar as decisões que pensamos serem as mais certas de modo a dignificarem a Assembleia Municipal.

O poder local só pode ser valorizado se valorizarmos devidamente as Assembleias Municipais.

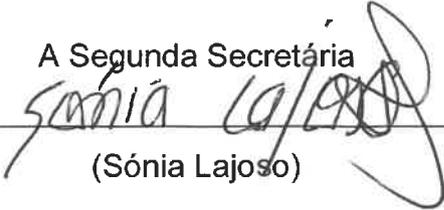
Muito obrigado a todos.

E, assim o **Senhor Presidente da Mesa**, declarou encerrada a Sessão, quando eram 23H00M, do dia 03 de setembro de 2021, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

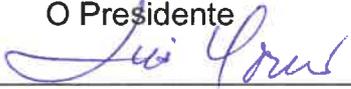
O Primeiro Secretário

  
\_\_\_\_\_  
(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária

  
\_\_\_\_\_  
(Sónia Lajoso)

O Presidente

  
\_\_\_\_\_  
(Luís Augusto Pestana Mourão)